

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 016

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE MARÇO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Valdir Rossoni*
PFL..... *Plauto Miró Guimarães*
PTB..... *Ademar Traiano*
PMDB..... *Orlando Pessuti*
PPB..... *Tony Garcia*
PT..... *Péricles de Holleben Mello*
PDT..... *Edgar Bueno*
PSDB..... *José Maria Ferreira*
PL..... *Edno Guimarães*
PSB..... *Ricardo Maia*
PSC..... *Chico Noroeste*

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppig; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
17 DE MARÇO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito a verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

20 Srs. Deputados aprovaram a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais legais, REQUER à mesa, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 039/99, de sua autoria que dispõe sobre a destinação final adequada das embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como os produtos apreendidos pela ação fiscalizadora, impróprios para utilização ou desuso, face a Lei Estadual nº 12493 de 22/01/99, do Governo Estadual, que trata da mesma matéria.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 299

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, ouvido o douto Plenário, que seja formado O Conselho Parlamentar do Sul no âmbito desta Casa e nos termos do Estatuto do qual a Assembléia Legislativa do Paraná é signatário e membro - fundador juntamente com as Assembléias Legislativas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, com os seguintes objetivos: desenvolver estudos, promover reuniões, seminários, debates sobre assuntos referentes à região sul congregadas pelo CODESUL e pelo BRDE em suas diversas áreas de atuação visando o intercâmbio de experiências, o apoio legislativo, o desenvolvimento de relações institucionais, buscando contribuir na solução de problemas, difusão de conquistas e inovações administrativas, tecnológicas, legislativas e finalmente contribuindo para firmar a autonomia dos estados no contexto da federação Republicana do Brasil, promovendo a unidade nacional na diversidade regional.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI,
CESAR SILVESTRI, ALGACI TÚLIO,
LUIZ CARLOS ZUK, ANTONIO BELINATI,
ÉLIO RUSCH, MOYSÉS LEÔNIDAS
e NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 291

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar à família Araújo, pelo falecimento do Sr. João Rodrigues de Araújo, ocorrido no último dia 14 de fevereiro.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. João Rodrigues de Araújo, cidadão do município de União da Vitória, faleceu aos 68 anos, deixando grande contribuição à vida social do município. Empresário desportista, chegou a ser presidente da Associação Atlética Iguaçu, foi candidato a vereador em 1992, alcançando a expressiva marca de 600 votos; exercia primordialmente a função de empresário diante da distribuidora de doces “Transporte Rodoviário Popular”.

Sr. João exerceu um trabalho extremamente humanitário em União da Vitória, destacando-se pelos benefícios que concedia, através de sua distribuidora, a entidades sociais, tais como escolas, creches, centros comunitários.

Pessoa muito querida no município, Sr. João deixa o exemplo de pai aos filhos Maria Julia, Amandio e Delfim; de esposa à Sra. Maria da Glória; e de amigo a todos que tiveram o privilégio de conviver com uma pessoa digna, idônea que, por sua conduta e dedicação, tornou-se um cidadão ilustre em União da Vitória.

REQUERIMENTO Nº 287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao “Centro Social Coração de Maria”, pelo recebimento da Comenda Ouro Verde no próximo dia 24 do corrente mês, na cidade de Londrina/PR.

Requer, ainda, seja dado ciência ao Centro homenageado através da Câmara Municipal de Vereadores daquela localidade.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER que seja enviado ao Colégio Barão do Rio Branco, do Município de Assaí, votos de congratulações pela passagem de seu aniversário no dia 19.03.99.

Requer ainda que do presente se dê ciência a Diretora do Colégio, Sra. Cátia Rocha Gonçalves, através de correspondência a ser encaminhada a R. Manoel Ribas, 1103, CEP 86220-000, em Assaí-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 290

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER que seja enviado a Escola Estadual Joana Hilária Malucini Borba, do Município de Jataizinho, votos de congratulações pelo seu 50º aniversário a ser comemorado no dia 19.03.99.

Requer ainda que do presente se dê ciência a Diretora do Colégio, Sra. Maria Sônia Contato Pinto, através de correspondência a ser encaminhada a R. Monteiro Lobato, 550, em Jataizinho-PR.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 296

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa ouvido o Plenário, oficie-se ao Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, bem como ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando providências para nomeação dos concursados da Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Cerca de 900 concursados da Polícia Civil do Estado estão esperando, há bom tempo, exames finais de saúde para serem convocados para o estágio final e serem nomeados nos cargos a que se habilitarem em concurso.

Concorrendo com mais de 20 mil inscritos nesse concurso, o que prova a grande procura de alternativas de trabalho, os concursados vêm baldados seus esforços no sentido de conseguirem alcançar o objetivo a que se propuseram: ingressar na Polícia Civil.

A maioria, sem alternativas de trabalho, aguardam serem convocados para os exames médicos e para fazerem o estágio de ingresso na Polícia Civil.

Some-se a isso, a situação em que se encontram as Delegacias de Polícia de todo o Estado, necessitando urgentemente de pessoal qualificado para serviços essenciais da Polícia Civil, prestados por escrivães de polícia e por agentes policiais.

REQUERIMENTO Nº 271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a nomeação de um delegado de polícia efetivo para o Município de Coronel Vivida.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 295

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Sr. Heinz Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, para que envie a esta Casa "Estudo", realizado pelos técnicos daquela Secretaria, sobre as reivindicações das Concessionárias envolvendo o aumento do valor da tarifa de pedágio.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) PÉRICLES MELLO

ÂNGELO VANHONI

IRINEU COLOMBO

HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa trazer ao conhecimento da Assembléia Legislativa o teor do "Estudo" elaborado pelos técnicos da Secretaria de Estado do Transporte, tendo por base a reivindicação das Concessionárias por um imediato reajuste das tarifas de pedágio (matéria em anexo).

O pedido sustenta-se na prerrogativa Constitucional desta Casa incumbida da fiscalização dos atos do Poder Executivo, e pela importância que esta matéria representa ao conjunto da sociedade paranaense, que será chamada a pagar este compromisso a ser firmado entre o Governo do Estado e as Concessionárias de rodovias. Outrossim, tal conhecimento é indispensável pois que o mesmo governo que hoje se dispõe a rever o valor das tarifas foi quem decretou sua redução em julho do ano passado prometendo sua manutenção.

"Heinz terá de explicar o aumento no pedágio.

O Secretário dos Transportes, Heinz Herwig, irá à Assembléia Legislativa na próxima terça-feira para esclarecer aos Deputados de oposição o que o governo do Estado, pretende fazer em relação ao pedido de aumento nas tarifas do pedágio exigido pelas concessionárias das rodovias do Anel de Integração. Ontem, o Secretário se reuniu com o Governador Jaime Lerner (PFL) para definir os integrantes da Comissão de peritos que o governo irá criar para

verificar se existe a necessidade de uma revisão na remuneração das empresas.

O estudo feito pelos técnicos da Secretaria com base nas reivindicações das concessionárias já está pronto. O Secretário não quis adiantar a conclusão, que irá remeter ao governador, para uma posterior comparação com o diagnóstico dos peritos.

De acordo com Herwig, o governador deverá estipular um prazo para que os peritos apresentem seu parecer.

A ida do Secretário à Assembléia foi motivada por um requerimento do líder do PMDB, Orlando Pessuti, que pedia o valor da arrecadação das empresas e os investimentos e gastos feitos até agora nas rodovias. O requerimento foi transformado num convite para Herwig fornecer diretamente essas explicações.

"Nós queremos dados sobre toda essa discussão em torno do aumento do pedágio. Até agora, a oposição não teve acesso a nenhuma informação. Sabemos que no próximo ano tem eleição e que o governo está propenso a dar esse aumento agora, para não enfrentar o desgaste durante a campanha eleitoral", disse Pessuti. (EC)"

REQUERIMENTO Nº 297

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Exmo. Senhor Francisco Sérgio Turra, Ministro da Agricultura e do Abastecimento, objetivando atender demanda apresentada, pelas Cooperativas de Crédito, que integram o SICREDI, através do BANSICREDI, junto às instâncias competentes do Governo Federal, das seguintes proposições:

1 - credenciar BANSICREDI para acessar diretamente os recursos do FAT, nas linhas do PRONAF e PROGER, o qual distribuirá os recursos através das Cooperativas de Crédito, para atender a demanda estratificada;

2 - estender ao BANSICREDI o benefício da equalização dos encargos financeiros na destinação de recursos próprios para financiamento agropecuário;

3 - alterar a Resolução do Conselho Monetário Nacional, nº 2193, emitida em 31 de agosto de 1995, estabelecendo o mesmo multiplicador dos demais Bancos Comerciais para a apuração do Patrimônio Líquido Exigido.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 298

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, pleiteando atenção urgente às reivindicações da UNIOESTE - Universidade do Oeste do Paraná, pelas razões que justificam.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) EDGAR BUENO, ADEMIR BIER,
DUÍLIO GENARI, TIAGO DE AMORIM NOVAES,
ANTONIO BARATTER, ÉLIO RUSCH,
IRINEU COLOMBO, NEREU MOURA e
CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para que encaminhe soluções a problemas emergenciais que enfrenta a UNIOESTE - Universidade do Oeste do Paraná, um centro educacional com mais de 15 anos de serviços prestados à população e que atualmente necessita de professores e estrutura para o Curso de Educação Física, Laboratório para o Curso de Agronomia, além de materiais diversos para os demais cursos e a tão sonhada autonomia.

Unidos em defesa das grandes questões de nosso Estado, estamos unidos e atentos em favor das causas regionais do Oeste. O desenvolvimento do Paraná e do Brasil depende basicamente das condições intelectuais e profissionais que oferecemos aos jovens, que lamentavelmente enfrentam dificuldades de ingressar e concluir um curso universitário. A UNIOESTE tem dado importantes passos e pode melhorar ainda mais no sentido de formar novos profissionais e fomentar o desenvolvimento regional.

A Universidade do Oeste do Paraná vive este impasse, que desperta as mais diversas manifestações nos municípios da região. E não podemos nós, representantes dos anseios da população, deixar que o fato acabe frustrando novas gerações de profissionais, que no futuro estarão administrando os rumos do país.

REQUERIMENTO Nº 293

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, da Secretaria de Estado dos Transportes, informações sobre a pavimentação da rodovia que liga o Distrito de Santa Rita ao Município de Terra Roxa, paralisada em outubro de 1998 e o cronograma de retomada e a previsão de conclusão da obra.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) ADEMIR BIER**REQUERIMENTO Nº 294**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública sobre a criação do Batalhão de Fronteira da Polícia Militar do Estado, com sede no Município de Marechal Cândido Rondon, autorizada através da Lei nº 12.066, de 09.02.98.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) ADEMIR BIER

Projeto de Resolução:**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/99**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - A dotação consignada no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, destinada à Subvenção Social, será aplicada conforme disposto nos termos desta Resolução e das Leis de Assistência Social, a federal sob nº 8.742/93 e, estadual sob nº 11.362/96.

Art. 2º - A aplicação dos recursos vincular-se-á ao seguinte rateio:

I - 50% (cinquenta por cento) para Fundo Estadual da Assistência Social;

II - 50% (cinquenta por cento) para o Fundo Municipal de Assistência Social dos Municípios do Paraná que o Deputado indicar.

Parágrafo Único - A indicação aos fundos municipais de Assistência Social, só pode ser feita aos que estejam em pleno vigor.

Art. 3º - É assegurado a cada Deputado o crédito anual em igual valor ao da Verba de Ressarcimento, nos termos da Resolução 015 de 19 de junho de 1992.

Parágrafo Único - Aos suplentes de Deputados, quando convocados, caberão cotas proporcionais ao número de meses em que estiverem no exercício do mandato.

Art. 4º - As liberações serão feitas por duodécimos, até o quinto dia de cada mês, por determinação do Primeiro Secretário e processados pelo Departamento de Finanças.

Art. 5º - O Deputado determinará, através de formulários próprios e sob sua responsabilidade, ao

Departamento de Finanças para que efetue os pagamentos das subvenções.

Art. 6º - As subvenções concedidas aos fundos Estadual e Municipais de Assistência Social, obedecerão às seguintes condições:

I - Os fundos deverão estar funcionando nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social - Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, e nos termos de Lei Estadual e Municipal pertinentes;

II - Obrigatoriamente, os responsáveis pelo fundo, prestarão contas através de relatório, à Comissão de Tomada de Contas do Poder Legislativo;

III - Os fundos serão cadastrados junto ao Departamento de Finanças, comprovando as condições impostas neste artigo.

§ 1º - O atendimento ao disposto no inciso II, aprovado pela Comissão de Tomada de Contas, será consignada em Certidão Negativa, como documento imprescindível para receber novas subvenções.

§ 2º - Os pagamentos serão efetuados mediante cheques nominais e cruzados a serem depositados nas respectivas contas dos fundos, servindo como comprovante a assinatura de recibo pelo representante legal do fundo beneficiado.

Art. 7º - Após o encerramento do exercício, o Departamento Financeiro providenciará a prestação de contas de cada Deputado.

Parágrafo Único - A prestação será encaminhada, com um relatório, à Comissão de Tomadas de Contas, que, aprovando determinará o recolhimento de saldos e autorizará a baixa de responsabilidade junto à Contabilidade Geral.

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Ficam revogadas a Resolução 55 de 03 de outubro de 1983 e outras disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e a Lei Estadual nº 11.362 de 12 de abril de 1996, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, são normas que vem combater o assistencialismo autoritário e dominador, colocando a Assistência Social como uma atividade fora das interferências "políticas", controlada pela sociedade através dos conselhos Federal Estadual e Municipal.

A Assistência Social é ação necessária para combater a indigência, dignificar o ser humano, livrá-lo dos infortúnios da vida e do sistema econômico; contudo esta assistência será feita primando pela solidariedade e pela fraternidade entre os cidadãos, entre o Estado e o necessitado, ambos sob o controle da sociedade. Este controle evitará a prevalência da "teoria do urubu" onde alguns fazem festa e tiram proveito da desgraça alheia.

Sendo um problema social em que a própria sociedade cuidará disso, a Assistência Social, é portanto ação necessária, sem a interferência de aproveitadores.

Sendo princípio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), evitar o paralelismo de ações e deixar toda a assistência social a cargo da sociedade através de seus conselhos regulados em lei, nada justifica o uso da verba de Subvenção Social da Assembléia Legislativa do Paraná, nos moldes anteriores a esta lei. Esta Resolução, vem portanto, modernizar este procedimento, evitando o assistencialismo, destinando estes recursos para os fundos que estão sob o controle da sociedade, para fazer assistência a quem de fato merece, sob o prisma de uma política organizada e aprovada pelos Conselhos Municipais e Estadual, evitando a "teoria do urubu".

O uso da verba de Subvenção Social nos termos destas modernas leis, é o que preconiza a presente Resolução, colocando esta Assembléia Legislativa na vanguarda do combate ao assistencialismo político.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 101/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Interdisciplinar e de Participação Comunitária para Prevenção e Combate a Violência nas Escolas da Rede Pública de Ensino no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Será prioridade a implantação nas escolas que sofrem os maiores índices de violência.

Art. 2º - São objetivos do Programa:

I - Formar Grupos de Trabalho vinculados ao Conselho de Escola para atuar na prevenção da violência nas Escolas, analisar suas causas e apontar possíveis soluções;

II - desenvolver ações educativas e de valorização da vida, dirigidas as crianças, adolescentes e a comunidade;

III - implementar ações voltadas ao combate a violência na escola com vista a garantir o exercício pleno da cidadania e o reconhecimento dos direitos humanos;

IV- desenvolver ações que fortaleçam o vínculo entre a comunidade e a escola;

V - garantir a formação de todos os integrantes do grupo de Trabalho aí incluídos o corpo docente, os serviços operacionais da rede de ensino, bem como dos membros da comunidade para prepará-los para a prevenção da violência na escola.

Parágrafo Único - Os Grupos de Trabalho, tratados no início I deste artigo, serão compostos por professores, funcionários, especialista da área de educação, pais, alunos e representantes da comunidade ligados a cada escola.

Art. 3º - Ações do Programa serão desenvolvidos através do Núcleo Central, Núcleo Regionais e Grupos de Trabalho, conforme previstos na presente Lei.

Art. 4º - O Núcleo Central, ligado a Secretaria de Educação traçará diretrizes, dará suporte ao desenvolvimento do Programa e terá composição intersecretarial e multiprofissional, com participação de:

I - técnicos das Secretarias Estaduais:

- a) da Educação;
- b) da Saúde;
- c) da Criança e Assuntos de Família;
- d) da Justiça e da Cidadania;
- e) da Segurança Pública.

II - técnico de entidades não governamentais que possam contribuir nas áreas da psicologia, das ciências sociais e jurídicas, abrangidas pelo programa.

Parágrafo Único - O Núcleo Central garantirá a realização de estudos e a divulgação do material produzido nas unidades escolares.

Art. 5º - Núcleo Regionais de prevenção e Combate a Violência nas Escolas ligados aos Núcleos Regionais de Educação, estabelecerão conexão entre o Núcleo Central e os Grupos de Trabalho e darão retaguarda às ações de intervenção, terão a seguinte composição intersecretarial, multiprofissional, e de participação comunitária:

I - técnicos das seguintes Secretarias de Estado e dos Municípios:

- a) da Educação;
- b) da Saúde;
- c) Secretaria da Criança e Assuntos da Família e das Secretarias Municipais da Promoção Social;
- d) da Justiça e da Cidadania e das Secretarias Municipais de Assuntos Jurídicos;
- e) da Secretaria da Segurança Pública.

II - representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- a) estudantis;
- b) Conselhos de Escola;
- c) Associação de Pais e Mestres;
- e) Conselhos Municipais de Saúde;
- f) Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- g) Conselho Tutelares;
- h) Promotorias da Infância e da Juventude;
- i) Associação de Bairros;
- j) Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil;
- k) Pastorais e entidades religiosas;
- l) Universidades;
- m) Sindicatos e entidades de classe;
- n) demais representantes da Sociedade Civil e de entidades públicas ou privadas, que possam contribuir para os aspectos psicológicos, sociais e jurídicos contidos no programa.

Art. 6º - Os Grupos de Trabalho, compostos na forma do Parágrafo Único, do Art. 2º, atuarão nas unidades escolares e contarão com retaguarda do núcleo central.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá estabelecer parcerias com entidades governamentais ou não, obedecidos os requisitos legais, que possam subsidiar o trabalho dos Grupos de Trabalho nas escolas.

Art. 8º - O Programa poderá ser estendido às escolas particulares que se vincularem ao Programa e que constituírem Grupo de Trabalho na forma desta Lei.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 10 - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela, objetiva enfrentar o problema da violência nas escolas, que cada vez mais assume proporções assustadoras.

Constantemente, as Escolas e os alunos são vítimas de vários tipos de violência, como depredações, furtos de merendas e equipamentos, agressões a usuários e funcionários, ameaças, consumo e tráfico

de drogas, invasões dos prédios para lazer ou prática de atos infracionais.

Os acusados dos atos de agressão à Escola são, via de regra, jovens ex-alunos, moradores do bairro, portanto membros da comunidade. Muitos jovens, da condição de ex-alunos, passam a ser considerados pela Escola como “delinquentes” ou “elementos suspeitos”.

As drogas, lícitas ou não, também chegam à Escola. O uso do álcool é cada vez mais freqüentes entre os jovens. Além deste, o uso de outras drogas está assustando muito a comunidade, e a Escola não sabe lidar com as conseqüências do seu uso. Algumas delas, como desinteresse e absenteísmo, levam o aluno ao abandono dos estudos e ajudam a elevar os números de evasão escolar e repetência.

Todavia, os educadores não foram preparados para orientar ou encaminhar estes jovens para atendimento extra-escolar e tampouco contam com estrutura que dê conta dessa demanda.

É a preocupação com o problema da violência, que nos tem motivado a proposição de um Programa de Combate à Violência na Escola, a partir de um enfoque multidisciplinar e de participação comunitária. Tal proposta nos parece ser o melhor caminho para enfrentar o problema da violência nas escolas, pois necessário se faz envolver a comunidade juntamente com os órgãos publicitário e entidades da sociedade civil ligadas à área, para numa ação conjunta atacar com eficácia o problema, adotando medidas de caráter duradouro e que vá a raiz da questão.

face ao exposto, contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa, para que com aprovação da presente proposição, Estado, Escola, Poder Público e Sociedade Civil, posam juntos desenvolver ações que reintegrem os excluídos à comunidade, valorizem a vida, previnam e combatam a violência nas nossas Escolas.

PROJETO DE LEI Nº 102/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a enquadrar os ocupantes do cargo de Atendente de Enfermagem que concluíram o Curso para Auxiliar de Enfermagem, na Universidade Estadual de Londrina - UEL, em virtude da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986.

Art. 2º - A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, exclue o atendente desta como categoria profissional. Já a Lei Federal nº 8.967, de 28 de dezembro de 1994, veio alterar a Lei anterior em seu artigo 23, assegurando a esses atendentes admitidos antes da regência da Lei nº 7.498/86 o exercício das atividades elementares da enfermagem. Sobre a definição e especificação das atividades elementares de enfermagem executadas por pessoal sem formação específica, com ações de fácil execução e entendimento, adquiridos por meio de treinamento ou prática, encontra-se na Resolução 186/95 do COPEN.

Os atendentes de enfermagem da Universidade Estadual de Londrina estão capacitados e já realizaram atividades atinentes aos auxiliares de enfermagem. O Hospital Universitário, desde 1996, vem profissionalizando os mesmos, com o fim de capacitá-los para este exercício. Por estes atendentes já estarem ocupando as vagas de auxiliar de enfermagem, por praxe administrativa da UEL, propomos o justo enquadramento destes atendentes, pelo qual esperamos a aprovação deste projeto pelos Ilustres Pares desta Colenda Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 103/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os jornais com sede no Estado do Paraná, que publicam colunas de classificados com anúncios de acompanhantes, saunas, massagistas e profissionais do sexo, ficam obrigados a publicar, na mesma página destes anúncios, a seguinte advertência: Exploração Sexual e Maus Tratos Contra Crianças e Adolescentes é Crime - Disque 0800-99-0500.

Art. 2º - Esta advertência deve ser publicada, com destaque, em letras negritos, caixa alta, ocupando o tamanho mínimo de 10x10cm.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Muitas vezes, crianças e adolescentes são oferecidas como acompanhantes, através de anúncios de classificados dos jornais de grande circulação. Basta abrir estes jornais, para que se verifique a existência de “programas sexuais”, que se intitulam de “acompanhantes”, sempre colocando em relevo os termos “mocinha”, “ninfeta”, “iniciante”, aparência de quinze anos”, entre outros.

A rede de prostituição que utiliza os anúncios classificados de jornais de grande circulação é cercada e grande sigilo, utiliza-se de hotéis e motéis onde são marcados encontros e atende a uma clientela exigente. Tal como apurou a CPI da Assembléia Legislativa, há indícios de que através destes anúncios podem estar sendo oferecidas crianças e adolescentes para a exploração sexual.

Com o objetivo de alertar aos leitores destes jornais, de que a exploração sexual e maus tratos de crianças e adolescentes é crime, estamos propondo que esta advertência seja publicada, na mesma página dos anúncios de acompanhantes, saunas, massagistas e profissionais do sexo, contribuindo assim para que a sociedade coíba esta prática criminosa.

PROJETO DE LEI Nº 104/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a criar linha especial de financiamento e investimento para o setor pesqueiro, no Estado do Paraná.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento, suplementar se necessário.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 dias a contar da promulgação desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva a elevação e preservação do nível de vida dos pescadores. O Estado não pode funcionar para o setor pesqueiro somente como órgão que exige, fiscaliza e pune, mas, sim, deve ter participação efetiva no desenvolvimento e manutenção desta atividade de indis-

cutível importância sócio-econômica para todo o Estado do Paraná.

Com uma política séria para o setor elaborada, sobretudo, com a participação de pescadores e técnicos que trabalham na área, o Governo poderá, através de uma linha especial de financiamento e investimento, realizar ações que visem à geração de renda; a criação de postos de trabalho; a redução do custo do pescado para o consumo; à criação de infra-estrutura de comercialização; à conservação e o transporte de pescado, evitando-se, assim, a relação de exploração estabelecida entre atravessadores e pescadores, extremamente prejudicial para estes últimos; à criação de atividades complementares à pesca, tais como: a criação de mexilhões e ostras; à implementação de técnicas alternativas de captura; à implementação de medidas que resultem na exploração racional do ambiente marinho, garantindo-se ao pescador artesanal e às colônias de pescadores proteção contra: a expulsão de seu meio pela especulação imobiliária; baixa remuneração pelo pescado; entraves na legislação; sobrecarga de impostos e redução de estoque das espécies.

Diante do exposto, contamos com a compreensão dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 105/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam proibidas a veiculação através dos periódicos do Paraná, de classificados, mensagens ou propaganda de empresas que ofereçam serviços de massagens, saunas, acompanhantes, garotas de programa, de telefones para fins eróticos e outras atividades congêneres, que expressamente não identifique junto a direção do periódico, com cópias documentais:

I - o nome de fantasia da empresa e a sua razão social;

II - o endereço completo;

III - o número do Alvará de Licença;

IV - o número do Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 2º - As informações deverão ser mantida em sigilo público, porém, deverão estar a disposição das autoridades policiais e judiciárias para fins de investigação ou ações no sentido do combate à prostituição, especialmente, infanto-juvenil.

Art. 3º - A empresa ou direção dos periódicos que descumprirem tal deliberação, sofrerão multa de 100 (cem) UFIR's, por propaganda veiculada sem esta identificação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Toda empresa séria e com propósitos lícitos deve ter sua "cara" mostrada com o nome fantasia e cotar apenas um número de telefone, deve proceder de forma transparente. Seus comunicados ou comerciais devem ser perfeitamente identificados para que não deixe dúvida que está com um trabalho profissional, ético e legal.

Muitos, ligados a prostituição infantil, se valem da camuflagem de um "slogan" e de um número de telefone para não serem identificados pela polícia e nem serem fiscalizados pelos órgãos municipais.

Os legisladores não querem acabar com os classificados, apenas enquadrá-los, para que possam responder por eventuais ilícitos penais.

PROJETO DE LEI Nº 106/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo Estadual não repassará verbas de assistência social, subvenção social, nem cederá funcionários, ao Município que não tiver instalado, em pleno e eficaz funcionamento o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, nos termos da Lei nº 8.069 de 1990.

Art. 2º - A comprovação de pleno funcionamento e a constatação de sua eficiência, dar-se-á através dos relatórios anuais de atividades a ser enviado ao Poder Executivo Estadual, pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e dos Adolescentes e pelos Conselhos Tutelares, contendo suas deliberações, encaminhamentos, notificações e outras atividades inerentes a cada conselho, para que seja emitido parecer avaliatório, pela Secretaria Estadual da Criança e Assuntos da Família.

Art. 3º - O Governo do Estado regulamentará à presente lei no prazo de trinta dias, após a publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Um dos instrumentos mais eficientes e o mecanismo legal mais apropriado para combater o problema da prostituição infantil é o Conselho Tutelar.

O Paraná tem 399 municípios e vários não possuem os Conselhos Tutelares instalados. E em muitos municípios os conselhos funcionam de maneira precária, sem as necessárias condições para o bom e pleno funcionamento.

Somente uma medida mais dura por parte do Legislativo Paranaense, tocando no "bolso" da municipalidade, provocará a criação de todos os Conselhos no Estado. Diga-se de passagem, que o prazo fixado em Lei para a criação dos referidos Conselhos, foi o ano de 1992.

A exigência colocada no Art. 2º vem de encontro às constantes reclamações que muitos Conselhos são instalados e não lhes são dadas condições para funcionar ou são manipulados politicamente ou ainda, contam com péssima legislação municipal que lhe tolhem a possibilidade de escolha democrática dos membros e sua independência de atuação, o que compromete a eficiência. Isto obrigará também aos vereadores a participar do processo.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é o grande responsável pelas políticas de combate a atividade de prostituição infanto-juvenil, seus conselheiros devem ter condições políticas e operacionais.

Esta lei visa dar condições para que os Conselhos Tutelares possam agir com independência e autonomia financeira.

PROJETO DE LEI Nº 107/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Acrescenta-se ao Art. 2º da Lei nº 5.482, de 20 de janeiro de 1967, os seguintes parágrafos com a redação que segue:

§ 1º - Não será cobrada Taxa de Segurança Pública e por conseguinte não se expedirá qualquer recibo, averbação ou licença para funcionamento de agência de modelo, estúdio fotográfico, bar, lanchonete, boate, casa de espetáculo, sauna de caráter comercial, hotéis, motéis e similares, que estiverem comprovada ou sob Inquérito, respondendo a denúncia, pela prática de lenocínio ou aos crimes tipificados nos Artigos 214 e 118 do Código de Processo Penal e na Lei nº 2.252/54.

§ 2º - No ato da cobrança da taxa e para a expedição da licença de funcionamento será exigido Certidão Negativa de processo e crime do proprietário e dos sócios dos estabelecimentos citados no parágrafo anterior."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O Estado não pode manter uma relação fiscal ou monetária e expedir licença a quem exerce ofício ilícito. Algumas casas noturnas estão registradas em nome de terceiros, evitando uma relação jurídica com seus verdadeiros proprietários. Em outros casos, o estabelecimentos de fato está com outro proprietário. No entanto os documentos continuam antigos, com alvarás, licenças, etc. A presente modificação legal pretende enquadrar aqueles que importunados pela justiça, imediatamente criam uma nova empresa e conseguem nova licença de funcionamento.

A tolerância à prostituição é fato relativamente aceito pela sociedade, mas não podemos permitir que estabelecimentos sob suspeita de corrupção de menores continuem funcionando autorizados pelo Poder Público.

A tipificação de crime hediondo, para os casos de exploração sexual de crianças pela legislação atual, nos permite argumentar que a casa noturna sob investigação, não poderá ser licenciada para funcionar, pela própria autoridade policial que a investiga.

O parágrafo segundo, além de estabelecer uma norma operacional quando da cobrança da taxa, obriga os novos proprietários de uma casa noturna a registrá-la em seu nome, pois se os documentos permanecerem no nome do antigo dono e este cometer crime, o atual proprietário não conseguirá licença para funcionamento.

PROJETO DE LEI Nº 108/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre eleição para os cargos de Governador e Vice-Governador do Estado do Paraná, motivado por vacância nos dois últimos anos do período governamental, nos termos do art. 85, parágrafo 3º da Constituição Estadual.

Art. 2º - O Governador e o vice-Governador serão eleitos pelo sufrágio dos membros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mediante votação nominal em sessão pública presidida pela Mesa Executiva.

Art. 3º - Será considerado eleito Governador o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta dos votos.

Parágrafo Único - Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na votação, far-se-á novo escrutínio logo após a proclamação do resultado, somente concorrendo os dois candidatos mais votados e sendo a votação por maioria simples.

Art. 4º - O registro dos candidatos a Governador e vice-Governador será feito pelos Diretórios Regionais dos Partidos conjuntamente à Mesa da Assembléia Legislativa paranaense até 10 (dez) dias antes da data da eleição.

Art. 5º - Para concorrerem a eleição, os candidatos serão submetidos as condições de elegibilidade prevista no parágrafo 3º do art. 14 da Constituição Federal e inelegibilidade prevista nos parágrafos seguintes do mesmo dispositivo constitucional, bem como sobre as condições previstas na Lei Complementar de inelegibilidade.

§ 1º - A Mesa, recebido o registro de candidatura, declarará impugnada a que não observe os registros de elegibilidade e/ou incidir em inelegibilidade.

§ 2º - A Mesa Executiva da ALEP também declarará impugnada a candidatura no caso da não observância dos prazos de registro previstos no art. 4º desta Lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Hermas Fonseca e Ângelo Vanhoni.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa regulamentar dispositivo constitucional e preencher lacuna legislativa estadual.

A eleição governamental prevista no art. 85, § 3º do texto constitucional é regulada por esta iniciativa, de modo vinculativo a dispositivos constitucionais sobre a matéria, que devem ser obrigatoriamente observados em qualquer pleito. A exemplo da filiação partidária, da idade mínima para a disputa e dos critérios de elegibilidade e inelegibilidade.

Na questão da inelegibilidade independe não só a observância da Carta Federal como também da Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990, que enquadra a situação dos inelegíveis.

Destarte, a proposição é sucinta, em extensão, e objetiva, em finalidade; posto que visa não repetir dispositivos da Lei Maior, tampouco de legislação federal específica, complementar a presente matéria, mas apenas regulamentar, por Lei, a

eleição para Chefia do Executivo Estadual, ante a lacuna legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 109/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Estado criará e manterá um Sistema Unificado de Cadastro, visando reunir e centralizar informações e referências sobre exploração sexual, violências, maus tratos e prostituição de crianças e adolescentes.

Art. 2º - O Sistema Unificado de Cadastro será informatizado e conterá informações sobre as seguintes formas de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes:

- a) incesto e abuso sexual doméstico;
- b) prostituição de meninos e meninas de ruas;
- c) prostituição em regiões agrícolas;
- d) prostituição em navios;
- e) turismo sexual;
- f) abuso sexual e violência cometido por policiais;
- g) cárcere privado;
- h) mutilação;
- i) homicídio;
- j) leilão de virgens;
- k) pornografia com filmes, vídeo, fotografia e Internet;
- l) venda e tráfico de crianças e adolescentes;
- m) estupro;
- n) maus tratos à criança e adolescentes;
- o) outras formas de exploração sexual ou violência não citadas nesta lei.

Art. 3º - O Sistema Unificado de Cadastro contemplará informações dos órgãos afins dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

Art. 4º - O CONDECA (Conselho Estadual dos Diretos da Criança e Adolescente) será o organismo designado pelo Estado para coordenação e manutenção do Sistema Unificado de Cadastro sobre exploração sexual, violência, maus tratos e prostituição de crianças e adolescentes.

Parágrafo Único - O Estado suprirá o CONDECA da infra-estrutura necessária para a coordenação e manutenção do Sistema Unificado de Cadastro.

Art. 5º - O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta lei regulamentará e implementará o Sistema Unificado de Cadastro.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A situação das crianças e dos adolescentes em nosso Estado é aguda. A prostituição infantil, a violência sexual e o turismo sexual são cotidianamente denunciados nos meios de comunicação. O crime organizado permeia diversos setores da sociedade, tais criminosos fazem uso de empresas legais para acobertarem suas atividades. Tal prática é muito nítida no que se refere ao aliciamento de crianças e adolescentes para a prostituição, via de regra em estabelecimentos legalmente registrados.

Não bastasse a situação de miséria que tem obrigado milhões de crianças brasileiras, meninos e meninas, a se prostituírem como forma de sobrevivência, assistimos estarecidos a ação de grupos particulares que promovem o turismo sexual em muitos casos com exagerada tolerância do poder público, como programa oferecido aos turistas que visitam nosso país. Existem ainda os casos de vítimas (crianças e adolescentes) de violência sexual que ocorrem com os pais dentro de casa, aonde as denúncias de maus tratos às crianças e aos adolescentes chegam a 80% das ocorrências, entretanto, as denúncias são em número pequeno uma vez que caberia a criança e ao adolescente denunciar seus agressores.

Todas estas situações necessitam de sistematização e de quantificação. Um sistema unificado centralizado, que envolvesse o Poder Executivo, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo ao mesmo tempo, faria com que o problema fosse abordado por todos os organismos com maior eficiência e rapidez, permitindo que o diagnóstico fosse verdadeiro e por consequência pudessemos alcançar uma solução objetiva e definitiva.

PROJETO DE LEI Nº 110/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Nos termos dos Arts. 154, IV, "b" da Constituição Estadual e 23, VIII e X, 24, V e 187, V da Constituição Federal, fica instituído o Seguro Agrícola no sistema financeiro estadual.

§ 1º - Define-se este Seguro Agrícola como instrumento auxiliar da política agrícola nacional, diferentemente dos seguros tradicionais, para fins de fomento à produção de alimentos, ao desenvolvimento tecnológico e a fixação do homem no campo, de forma a contribuir para a estabilidade econômica, social e política do estado.

§ 2º - O Seguro Agrícola será destinado somente aos pequenos produtores conforme con-

ceituado na Lei Agrícola Estadual, nº 9917 de 30 de março de 1992.

Art. 2º - O seguro Agrícola será constituído através das seguintes modalidades de cobertura:

- a) seguro de custeio agrícola;
- b) seguro pecuário;
- c) seguro de produtos agropecuários e de benfeitorias necessárias e inerentes ao processo produtivo.

§ 1º - A modalidade seguro de custeio agrícola destina-se à cobertura de culturas como feijão, arroz, milho e trigo.

§ 2º - A modalidade referida no § anterior desse artigo, será gradativamente, a partir do segundo ano da vigência desta lei, aumentada de modo a abranger outros produtos agrícolas, que sejam significativos para cesta básica.

Art. 3º - As classes de riscos cobertas pelo Seguro Agrícola compreendem incêndios, fenômenos meteorológicos adversos, pragas, doenças incontrolláveis e todos os demais tipos de sinistros rurais ocasionados por fatores externos, bem como o risco de morte de animais.

§ 1º - No caso de seguro de custeio agrícola, o cálculo de custos de produção para a estipulação dos valores de riscos a serem pagos pelos segurados deverá necessariamente refletir uma estimativa real que inclua a valorização da mão-de-obra familiar na atividade.

§ 2º - O Seguro Agrícola garantirá:

I - a indenização de 100% (cem por cento) do valor do bem segurado, desde que isto conste de contrato;

II - a indenização da área sinistrada, independente de área continua ou remanescente não sinistrada, de forma a permitir o replantio;

III - a indenização das áreas de meeiros e parceiros consideradas, no caso, como unidade de produção próprias;

IV - a indenização do custo de produção das atividades agropecuárias, incluindo necessariamente a remuneração do produtor, e quando for o caso, da mão-de-obra familiar;

V - uma redução do prêmio a ser pago, ao assegurado que não tiver perdas.

§ 3º - Entende-se como orçamento de manutenção de culturas periódicas e produtos agropecuários, o levantamento das despesas necessárias à aquisição de insumos e execução dos trabalhos culturais, em cada ciclo, a partir da primeira colheita efetuada com rendimento econômico.

§ 4º - Cabe ao Poder Público, através de seus órgãos competentes, a fixação do cálculo do custo real dos itens competentes do custo de produção

das atividades agropecuárias inclusive a mão-de-obra familiar, respeitando as medidas regionais de produtividade, valores das diárias indenizadas, preços de mercado efetivamente pagos ao produtor e outras características regionais.

§ 5º - As indenizações supra identificadas serão pagas, com a devida atualização monetária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de serem pagas em dobro.

DA COMPANHIA DE SEGUROS

Art. 4º - O seguro agrícola deverá ser executado pelo Estado, direta ou indiretamente, através de Companhia de Seguro.

§ 1º - A viabilidade do Seguro Agrícola será garantida pela companhia criada para esse fim.

§ 2º - Para funcionamento da Companhia de Seguros, o Poder Executivo Estadual constituirá um Conselho Consultivo, que proporá formas de atuação, e cumprirá o papel de agente fiscalizador da política estadual do seguro agrícola;

§ 3º - A composição do Conselho Consultivo deverá contemplar obrigatoriamente a participação de representante de entidades não governamentais ligados ao setor, de forma paritária com representantes de entidades de pequenos produtores;

§ 4º - Cada município constituirá Conselho Municipal de Seguro Agrícola, composto por representantes de todos os setores, que terá como atribuição a arbitragem nos casos de disputas em relação à magnitude dos sinistros o qual colaborará na divulgação, implantação e controle do Seguro Agrícola na respectiva localidade.

§ 5º - O Poder Executivo Estadual constituirá uma comissão específica, incluindo o Conselho Consultivo para, num prazo de 90 (dias), a contar da publicação desta lei, viabilizar estudos para criação da Companhia de Seguros, observando a legislação pertinente.

Art. 5º - O Poder Executivo destinará no orçamento do Estado recursos necessários a implementação desta lei.

Art. 6º - A Companhia de Seguros Estadual, através de normas complementares, definirá o caráter de obrigatoriedade para algumas atividades de custeio agrícola e de bens, benfeitorias e produtos agropecuários e também o caráter facultativo para as respectivas atividades, incluindo todas aquelas relacionadas ao seguro de custeio pecuário.

Parágrafo Único - A definição da obrigatoriedade ou não do Seguro Agrícola conforme as modalidades de cobertura e as linhas de atividades será atribuição da Companhia de Seguros mantida pelo Estado, ouvido o Conselho Consultivo.

Art. 7º - No prazo de 60 (sessenta) dias a Companhia de Seguros deverá submeter à apreciação do Poder Executivo as "normas operacionais do Seguro Agrícola", ouvidos o Conselho Consultivo e demais entidades interessadas.

Parágrafo Único - Todos os órgãos ou agências da administração direta ou indireta no Estado, bem como as entidades a eles vinculadas poderão ser acionadas para a operacionalização do Seguro Agrícola, que entrará em vigor tão logo suas normas sejam aprovadas pelo Sistema Federal de Seguros.

Art. 8º - A Companhia de Seguros terá caráter amplo, a ser definido pelo Poder Público, não se restringindo ao seguro agrícola, a fim de garantir sua auto-sustentação econômico-financeira.

Art. 9º - O Poder Executivo Estadual promoverá ações necessárias para que outras instituições do Sistema Nacional de Seguros Privados se integrem à política nesta lei.

Art. 10 - O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da sua publicação.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoio: Péricles Mello

JUSTIFICATIVA:

SOB OS ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS

Considerando que o Setor Agrícola é a base de sustentação da economia do nosso país, apesar do avanço tecnológico e do crescimento da indústria de transformação, ainda são gritantes as precárias condições de vida e de trabalho que atingem grande parte da população rural. Assim, faz-se necessário que busquemos medidas que pela sua amplitude, aliando fatores de estímulos à produção, com o aperfeiçoamento de técnicas alternativas, viabilizem a estabilidade do homem na terra e provoque uma crescente regularidade e eficiência na sua atividade produtiva.

Entre os diversos objetivos, destacam-se a diminuição do risco de perda da produção agrícola, que estaria coberta por um Seguro abrangente, em contraposição à frágil cobertura promovida pelo PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), única alternativa apresentada hoje ao homem do campo e que, em última análise, significa apenas a garantia do agente financeiro diante

dos diversos imprevistos que se apresentam na atividade agrícola em nosso país.

"O Seguro Rural objetiva o aumento da produção, da produtividade, o desenvolvimento tecnológico e a fixação do homem do campo, de forma a contribuir para com a estabilidade econômica, social e política do país, diminuindo, indiscutivelmente o êxodo rural, algo extremamente preocupante que vem aumentando nas últimas décadas, ocasionando evidentemente, o inchaço nas periferias das médias e grandes cidades".

Cabe ressaltar também que o agricultor ao fazer uso do Seguro Rural, terá desenvolvido uma planificação mínima do seu processo de produção, contando inclusive com a previsão do que irá colher. A própria administração, quer a nível regional, quer a nível estadual, terá em suas mãos um instrumento muito mais efetivo sobre o que se planta e o que se colhe em nosso Estado.

É de extremo interesse que discutamos os diversos fatores que regulamentarão o funcionamento da presente proposta: a obrigatoriedade ou não do Seguro para determinados produtos; um estudo que respeite as particularidades de cada região prevendo assim uma maleabilidade nos critérios a serem adotados na sua aplicação; que estabeleça também o índice real do prêmio para que o projeto não se transforme apenas numa propaganda demagógica desse instrumento, resultando ônus financeiro para o nosso Estado.

É necessária a criação da Companhia de Seguros sob o controle direto ou indireto do Estado que terá como função básica entre outras, a promoção de ações necessárias de planejamento, regulamentação e implantação das operações do Seguro Rural, nos termos da presente lei e da Legislação Federal pertinente.

É importantíssimo a criação em cada município, de um Conselho Municipal de Seguro Rural com representantes de todos os envolvidos, para colaborarem na implantação e fiscalização.

SOB OS ASPECTOS LEGAIS

A Carta Magna republicana ao discriminar a competência privativa da União para legislar sobre seguro, o faz na forma de seguro tradicional, seguro de vida, etc. O plano de lei, sob exame, não estrutura o seguro naqueles moldes, pelo contrário, se fundamenta em sistema de seguro agrícola, aos termos do art. 154, inciso IV, alínea b, da Constituição do Estado do Paraná, que estabelece:

Art. 154 - A política agrícola estadual será planejada e executada, na forma da lei, com a participação paritária e efetiva dos produtores e trabalhadores rurais, objetivando o desenvolvimento rural nos seus aspectos econômicos e sociais, com racionalização de uso e preser-

vação dos recursos naturais e ambientais, cabendo ao Estado:

IV - o estabelecimento de mecanismos de apoio:

a)

b) a sistemas de seguro agrícola;

Impende, neste sentido observar a intenção do legislador paranaense, que de forma alguma afronta a Carta Federal, quando determina que a política agrícola estadual, de competência do Estado do Paraná *"e será executada e planejada na forma da lei"*, daí a competência do Poder Legislativo, para estabelecimento de mecanismos como o de seguro agrícola, objeto da proposição.

Tanto é verdade que a própria Constituição Federal em seu art. 187, inciso V, ratifica:

Art. 187 - A política agrícola ser planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta especialmente:

V - o seguro agrícola;

Nota-se no artigo supra, o desejo do legislador constituinte em dispor desde logo que a política agrícola adotada deverá considerar a participação de todos, além dos vários fatores que o dispositivo declara e enumera, dentre os quais o seguro agrícola.

Neste mesmo sentido, cumpre ressaltar o objetivo básico do projeto, quando institui o seguro agrícola. O caput do art. 1º, § 1º, é cristalino:

"Define-se este Seguro Agrícola como instrumento auxiliar da política agrícola nacional, diferentemente dos seguros tradicionais, para fins de fomento à produção de alimentos, ao desenvolvimento tecnológico e a fixação do homem no campo, de forma a contribuir para a estabilidade econômica, social e política do Estado."

Constata-se que essa determinação visa o fomento a produção agropecuária e organização do abastecimento alimentar, bem como o combate as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos. Esse escopo nada mais é do que o cumprimento à Constituição Federal em seu art. 23, incisos VIII e X, bem como art. 24, V.

Impende ressaltar que o caput do art. 23 citado supra dispõe sobre a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para assim procederem. E do art. 24, sobre competência concorrente.

Por outro lado observando ao mandamento do art. 66, inciso IV da Carta Estadual, que determina a iniciativa privativa do Governador do

Estado as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Constata-se aqui o reconhecimento do Estado do Paraná sobre sua competência em legislar sobre seguro agrícola, o que daria para encerrar qualquer dúvida sobre a matéria.

Todavia, trata-se aqui, de um ato complexo, sob inserção do art. 53, inciso XVI da Constituição Estadual. Tal dispositivo evidencia a competência da Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, - daí o ato complexo, a lei - *"em dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:"*

XVI - a matéria decorrente da competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal."

Para que dúvida não haja, cumpre destacar que nos aspectos concernentes a administração estadual, o projeto respeitou a competência do governador, como se observa no § 4º do Art. 3º, o Art. 4º, seus incisos e parágrafo; o Art. 6º, com destaque ao seu Parágrafo Único e ao Art. 7º; todos preconizando a ação do Poder Executivo na sua forma de criar, organizar e estruturar o seguro. E quanto a sua companhia, observada a legislação federal pertinente.

Da mesma maneira, avocando o art. 135 da Constituição Estadual, quando se refere a falta de previsão de recursos orçamentários. Chamamos atenção para a leitura do Art. 5º do projeto em questão:

Art. 5º - O Poder Executivo destinará no orçamento do Estado recursos necessários a implementação desta lei.

O seguro anuncia ser também facultativo, aos termos do Art. 6º do projeto. Em segundo, a maioria dos artigos atribui competência ao Estado para, através de estudos, viabilizar a pretensão do projeto. Nada mais justo atribuir a avaliação financeira aquele que tem todos os dados necessários, e se nega a fornecê-los, quando instado.

Lembramos aqui das palavras proferidas na tribuna desta Casa, em 18.04.95, pelo Senhor Eugênio Stefanello, que discorreu sobre a produção brasileira estar regredindo. O Brasil na safra passada produziu 2 milhões e 200 mil toneladas para um consumo estimado em 8 milhões de toneladas. *"Isto significa dizer que estamos importando, hoje, 75% (setenta e cinco por cento) do nosso consumo"*. Segundo dados da Secretaria da Agricultura do Paraná os produtores, neste ano de 1995, deverão ter uma redução de receita na ordem de 20% (vinte por cento), o que vai refletir na diminuição da capacidade de investimento e fatalmente em safras futuras com redução da produção, de empregos e renda.

Recordem, que Stefanello classificou essa situação como de segurança nacional. E enfatizou: "o que nós precisamos, de uma política agrícola global, que atenda a produção, a movimentação, a guarda, distribuição das safras, a transformação industrial dos produtos, uma política de crédito para investimentos, de preços mínimos e de seguro agrícola. As duas políticas, de preços mínimos e de seguro agrícola, podem assegurar renda aos produtores. Renda aos produtores só se assegura com uma política de preços mínimos para os produtos básicos, principalmente, e uma política de seguro agrícola, que assegure quantidade produzida. E ressaltou: o PROAGRO não é uma política de seguro agrícola.

Acreditamos na sensibilidade dos Senhores Parlamentares, no sentido de buscarmos, junto ao Poder Executivo, os caminhos viáveis para avançarmos à complementação constitucional. Há muito que se fazer ainda, quanto as especificações e regulamentação da proposta, buscando somar as forças que se interessarem, quer entre os colegas Parlamentares, nas diversas instâncias que deverão discutir e emitir seus pareceres a possíveis alterações ao projeto, quer entre os diversos segmentos da sociedade que estão ligados à produção agropecuária, convidados a encaminharem seus pareceres.

Provocar mudanças, não quer dizer somente avançar. Mas, também, como agora, um dever cívico do Parlamento.

PROJETO DE LEI Nº 111/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado ao Poder Executivo conceder gratificação de até 20% sobre o vencimento básico, aos professores do Estado do Paraná, a título de "Pó-de-Giz" ao atuante em sala de aula, bem como conceder, a título de "Hora-Atividade", de até 20% do total das horas-aulas, para o professor proceder a preparação de aula, correção de provas, aperfeiçoamento profissional e outras atividades afim.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei através de Decretos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.99.
(aa) IRINEU COLOMBO
PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

No último reenquadramento funcional do magistério paranaense houve a incorporação da gratificação da Regência de Classe, para que houvesse adaptação à tabela proposta pelo Governo.

No entanto, os professores paranaenses continuam insatisfeitos, na medida em que na prática não aumentou em quase nada seus vencimentos no contracheque. A insatisfação aumentou entre os professores que regem a turma em sala de aula, que cheiram o pó de giz diariamente, quando ficaram sabendo que a então Regência de Classe lhes foi tirada, e hoje a atividade professoral na sala de aula tem a mesma valorização de um trabalho meramente burocrático, sem valorizar e diferenciar o professor que está constantemente em sala sob o pó do giz.

Por conta disso, estamos convocando o Poder Executivo para que cumpra o compromisso firmado de que a atividade em sala de aula teria um tratamento diferenciado e privilegiado, e sancione esta lei que institui o "Pó-de-Giz", em substituição à antiga Regência de Classe. Este termo está em sintonia com o mesmo dado em outros Estados do Brasil, por uma questão, inclusive, de uniformização.

A Hora-Atividade é uma reivindicação antiga da categoria, já existe no magistério federal e várias prefeituras a adotam para os professores municipais.

A adoção Hora-Atividade regulamentada, justifica-se pelas horas que o professor, fora da sala de aula e da escola, fica preparando aula, aperfeiçoando-se, lendo um livro ou revista pertinente ao tema da aula ou com relação a psicologia ou pedagogia educacional; pelas horas que passa preparando e corrigindo provas, organizando o caderno de chamadas, verificando as tarefas realizadas pelos alunos, recepcionando os pais para uma conversa, para um aconselhamento; pelas horas despendidas no preparo da festa junina, no baile para arrecadar fundos para a ampliação ou reforma da escola, etc.

Com a concessão da Hora-Atividade, o professor terá 20% do total das horas-aulas que está trabalhando para este fim. É pouco, mas é um pequeno reconhecimento da sociedade paranaense ao valioso trabalho da classe do magistério estadual.

Neste sentido, convoco aos nobres Pares para apoiarem tal proposição, demonstrando que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está, efetivamente, ao lado dos professores e professoras paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 112/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Art. 3º da Lei nº 11.070 de 16.03.95, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - O Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná será composto por 16 (dezesseis) membros, a saber:

I - 50% (cinquenta por cento) dos membros titulares e suplentes serão escolhidos entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo a OAB/PR, Ministério Público e um representante da Associação ONGs - Organizações não Governamentais, ligadas a defesa dos Direitos Humanos.

§ 1º - O COPED será presidido pelo Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, tendo como Secretário Executivo o chefe da unidade administrativa responsável pela atividade afim no âmbito da referida pasta.

§ 2º - O COPED contará com um vice-presidente a ser eleito entre seus pares.

§ 3º - O COPED será substituído em suas faltas e impedimentos pelo vice-presidente, e na ausência simultânea de ambos presidirá o colegiado o seu conselheiro mais antigo.

DA DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Art. 4º - Para escolha dos membros previstos nos incisos I e II do Art. 3º desta lei, o Poder Executivo, através do Secretário de Justiça e Cidadania, promoverá no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a publicação da mesma, uma conferência sobre Direitos Humanos, onde as ONGs escolherão seus representantes, incluindo suplentes, e os indicarão ao Poder Executivo dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da realização da conferência.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa corrigir impropriedades técnicas de redação da Lei nº 11.070 de 16.03.95, publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de março do corrente, e viabilizar a composição do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED.

Impede observar, que na busca de concretização do escopo da Lei nº 11.070, esta proposição acaba por prorrogar o prazo que alude o § 1º do Art. 3º da norma citada, uma contagem se reinicia, a partir da publicação da nova lei, ou seja, do presente projeto transformado em lei.

Desta forma, se concretiza a intenção dos legisladores paranaenses, que em data recente, 06 de março último, rejeitaram, em maioria absoluta, o veto do Poder Executivo a Lei nº 11.070, promul-

gando a lei, posteriormente. E mais do que isto se ratifica o Estado de Direito Democrático.

PROJETO DE LEI Nº 113/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados Cursos Preparatórios ao Vestibular nas Escolas Públicas de 2º e 3º Grau, da Rede Estadual de Ensino.

Art. 2º - a Secretaria de Estado da Educação deverá estruturar as Escolas de 2º Grau das cidades Polos, da Rede Pública Estadual, visando receber as matrículas a partir do ano letivo de 2.000.

§ 1º - Neste período a Secretaria de Estado da Educação, deverá preparar o Corpo Docente das Escolas de 2º Grau, para atuar nestes cursos.

§ 2º - Os cursos propostos funcionarão nos prédios da própria estrutura das Escolas Públicas de 2º e 3º Graus do Estado.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar dotação própria para o custeio das instalações e funcionamento dos cursos.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1999.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos a criação de Cursos Preparatórios ao Vestibular (os chamados cursinhos), para as Escolas da Rede Pública do Estado do Paraná, tivemos como propósito facilitar o ingresso à Universidade de milhares de jovens paranaenses, que não dispõem de recursos para cursar escolas particulares especializadas, e, conseqüentemente, ficam de fora do objetivo principal de suas vidas, que é alcançar uma formação especializada à nível de 3º Grau.

Consideramos, também, estabelecer uma coerência com a Política Educacional do Estado do Paraná, que possui três Universidades e respectivos campus avançados com ensino gratuito, porém, como somente os mais abastados é que podem manter os seus filhos em Cursinhos caros, estabelecia-se aí uma incoerência, pois quem acaba se beneficiando, nos dias de hoje, são os filhos dos ricos, pois aquele que trabalha de manhã e a tarde, frequentando uma escola de 2º grau à noite, jamais poderá concorrer com os mais preparados.

Considerando, ainda, que uma mensalidade hoje nos cursinhos Particulares custa entre R\$ 300,00 (trezentos reais) e R\$370,00 (trezentos e set-

enta reais), enquanto o nosso salário mínimo está em R\$130,00 cento e trinta reais).

Desta forma, acreditamos que durante este ano de 1999, o Governo do Estado poderá estruturar e criar condições financeiras para que a Secretaria de Estado da Educação possa preparar professores e a própria estrutura física da Rede Estadual para a partir do ano letivo de 2.000 estes jovens paranaenses possam realizar o grande sonho de estudar em uma Universidade.

PROJETO DE LEI Nº 114/99
a Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de /cidadão benemérito do Estado do Paraná, ao Senhor Luiz Alfredo Malucelli.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 17.03.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Luiz Alfredo Malucelli nasceu em Morretes, em 20.04.1934. é filho de Paulina de Lourdes e Alfredo Malucelli. É casado com a Professora Deusdith Laval Malucelli. Tem seis filhos e nove netos.

Começou sua carreira de jornalista em 1957, na Gazeta do Povo.

Até 1967 trabalhou em diversos jornais como o Estado do Paraná, Diário do Paraná, nas rádios Colombo e Independência e também nas TVs Paraná e Iguazu.

Em 1967 deixou o jornalismo e assumiu a gerência comercial da Rádio Guairacá e, em 1970 a gerência comercial da TV Paranaense. Em 1980 foi promovido a diretor comercial permanecendo no cargo até 1990, de onde saiu amistosamente.

Em março de 1990 foi contratado pelo Paraná Banco, onde exerce até hoje o cargo de Corretor de Investimentos.

A convite do jornalista Aroldo Murá, então diretor do Jornal Indústria e Comércio, e em 1994, iniciou a publicação da Coluna do Malú, onde ficou três anos. Nos dois últimos anos voltou para a Gazeta do Povo, onde aos sábados continua apresentando suas crônicas.

No dia nove de março, lançou seu primeiro livro "Nem só de Pão Vive o Homem", onde conta histórias de personalidades paranaenses e divulga receitas culinárias.

Quando dirigiu o Departamento Comercial da TV Paranaense, Malucelli criou projetos de grande repercussão na comunidade. Criou o projeto

Curitiba Capital do Natal, pelo qual se incentivou a população a enfeitar suas casas, lojas e prédios e ruas, proporcionando um novo fluxo de turistas para a Capital. A idéia ganhou amplitude pois várias cidades do interior promovem festas idênticas, proporcionando espetáculos de rara beleza em todo o Paraná.

Malú criou também o projeto. Os Semeadores, pelo qual pequenos empresários da indústria tiveram chance de mostrar, pela televisão, suas atividades, sem qualquer custo.

Outro projeto de sua lavra, que alcançou todo o Estado, foi o "Meu Paraná que você precisa conhecer", com vinhetas de 3 minutos mostrando as atrações turísticas de nosso Estado, como cachoeiras, saltos, grutas, estâncias, hidrominerais, igrejas etc.

Criou ainda Curitiba de Copo, Garfo e Faca, no qual foram focalizados os restaurantes mais tradicionais de Curitiba. Outro projeto que ganhou amplitude foi o Festival Global de Praias, hoje desdobrado em diversas praias de nosso litoral.

Criou ainda um projeto onde se exaltava os valores morais, transformando em O Livro das Fábulas, adotado inclusive pelo Curso Positivo que através de um livreto foi distribuído em todo o País.

Pelo presente exposto, requeremos aos Nobres Parlamentares a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 115/99
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a alterar o art. 6º § 3º da Lei 11066/95, incluindo os incisos I e II.

Art. 2º - Inclua-se ao § 3º, o inciso I e II com a seguinte redação:

Inciso I

Fica criada na estrutura organizacional do Paraná Turismo a diretoria Paraná Turismo Litoral.

Inciso II

A diretoria de que trata o inciso I será composta de 01 (um) diretor geral, 02 (dois) assessores técnicos e 01 (um) auxiliar administrativo, devendo ficar instalada no município de Paranaguá.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1999.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Cabe ao Governo do Estado incentivar ações que redundem em chamarizes para que o setor pri-

vado acorde e veja ser tão conveniente investir na “indústria sem chaminé” na região litorânea.

O presente Projeto de Lei visa garantir, estimular e dar suporte ao turismo do litoral paranaense.

Esta reivindicação é antiga das cidades litorâneas haja visto a não existência de um órgão à nível de estado que estimule, oriente e dê suporte ao litoral no sentido de garantir e divulgar a infraestrutura existente, com vistas a aumentar a arrecadação com o desenvolvimento do turismo no litoral paranaense.

São mais de 500 mil pessoas de todo o Estado e do exterior que frequentam nossas praias por ano. Encontramos ainda, uma gama muito grande de estrangeiros que procuram o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, Instituto Civil e Cultural fundada em 26 de setembro de 1931, e que se destina a preservar a memória histórica e as tradições do “Berço da Civilização Paranaense”.

Em razão da não existência de órgão canalizador de propostas de estímulo ao turismo em nosso litoral, as prefeituras do litoral, em número de sete (07) deixam de arrecadar durante os meses de inverno.

Justifica-se ainda, que na estrutura organizacional do Paraná Turismo, já temos uma diretoria semelhante em Foz do Iguaçu que desenvolve excelente trabalho; porque, então, não se criar para o litoral, uma vez que é o segundo local em turismo no Paraná.

Bem orientado, serão ampliados o mercado de trabalho na área de turismo durante o ano todo, melhorando a qualidade de vida da população litorânea.

PROJETO DE LEI Nº 116/99

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a fundação Novo Horizonte, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1999.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A fundação Novo Horizonte foi constituída no dia 13 (treze) de julho de 1997, conforme ata da Assembléia Geral Extraordinária que integra este projeto de lei, sendo lavrada a respectiva escritura

pública em 16 (dezesseis) de outubro de 1997, nos termos do Estatuto apenso.

Trata-se de instituição sem fins lucrativos, que não remunera sua diretoria e não distribui lucros.

A Fundação Novo Horizonte mantém um lar da mãe solteira e creches, além de prestar relevante assistência a pessoas carentes de recursos financeiros, amparando sobretudo crianças e adolescentes.

Diante do trabalho assistencial promovido, proporcionar a declaração da utilidade pública da referida fundação, é aumentar as possibilidades de atuação da mesma, beneficiando paranaenses que encontram acolhida somente em organizações desta natureza.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

Nos últimos dias a imprensa do Paraná tem divulgado com insistência o desejo de alguns Parlamentares aqui desta Assembléia, de que o Governo do Paraná faça cumprir as ordens de reintegração de posse emitidas pelo Poder Judiciário.

Hoje, ainda, a imprensa do Estado, novamente, volta a focalizar este desejo de alguns Parlamentares.

Este fato tem nos causado preocupação, porque a Reforma Agrária, a questão da terra, é uma questão importante. Aliás, na minha avaliação é um dos problemas mais sérios que atinge o nosso País e, me preocupa sobretudo, porque a Assembléia Legislativa do Paraná, acima de tudo, deve primar pela ordem, pela justiça, pela pacificação dos ânimos do nosso Estado, e nunca pode ser ela, Assembléia, responsável pelo desejo e pelo incentivo de que as coisas do nosso Estado não se resolvam da forma pacífica ou através do diálogo.

É por isso, Senhor Presidente, que venho aqui nesta Tribuna, como Deputado de Oposição ao Governo Jaime Lerner, dizer que nos agrada a maneira como o Governador Jaime Lerner vem tratando a questão da Reforma Agrária no Paraná. Por quê? Porque o Governo do Estado não deve se precipitar, o governador não deve se arvorar e querer fazer justiça pelas próprias mãos, porque está escrito na nossa Constituição, a nossa Lei Maior, no artigo 184, no capítulo da Política Agrária, Fundiária e da Reforma Agrária.

Está aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em letras garrafais que a Reforma Agrária é de competência do Governo Federal.

Está aqui, na Constituição, elaborada pelos nossos Constituintes, entre os quais estava o Deputado Waldir Pugliesi.

Como nós Deputados poderemos exigir do Governo do Estado, o uso da força para tirar os agricultores sem-terra? E se houver derramamento de sangue, se houver mortes, de quem será a culpa? Porque se de um lado nós vemos aqui, produtores que pedem intervenção do Estado, agricultores se armam para enfrentar os agricultores sem-terra do outro lado.

Não podemos ser ingênuos de pensar que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra seja desorganizado, não esteja vigilante.

Por isso, Senhor Presidente, é temerário aqui, nesta Assembléia Legislativa, partir a pressão para que o governador Jaime Lerner use a força para fazer os despejos para fazer a reintegração de posse. Porque poderá, como já houve em casos de enfrentamento, de mortes, de derramamento de sangue. E aí, sim, poderá a culpa cair nesta Assembléia e o Governador dizer: Olha, foram os Deputados Estaduais que forçaram para que fizéssemos a reintegração de posse.

Então me preocupa, como Deputado deste Estado, que deste Parlamento surjam vozes para que o Governo do Paraná use a força, use a Polícia Militar para trata de um assunto de tanta importância.

Creio que a Assembléia Legislativa não deve agir com parcialidade. A Assembléia Legislativa não deve assumir as dores, a Assembléia Legislativa precisa agir e assumir as dores de todos os segmentos da nossa sociedade: do proprietário de terra, mas também do trabalhador sem terra. Não pode, esta Assembléia - que é a casa do povo, virar-se contra uma parcela do nosso povo.

Então, Senhor Presidente aqui na nossa Constituição, diz, no art. 184: "Compete à União Federal desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária".

Ora, se compete à União estabelecer, agir, fazer a reforma agrária, à união compete a solução dos problemas originados nesta área. Não podemos fazer com que o Paraná o nosso Estado, assuma a responsabilidade de um assunto que está previsto na constituição que é do governo federal.

E eu vejo também a imprensa dizer: "Não precisamos derrubar o Presidente do INCRA do Paraná, o Delegado do INCRA, como se isso fosse resolver o problema do INCRA.

Santa ingenuidade! O INCRA desde o Governo Collor de Mello foi praticamente desativado e funciona graças ao amor de alguns abnegados funcionários. Não é culpa do INCRA. pode trocar o del-

egado, o presidente, que o problema continuará igual. Não podemos ter aqui, pretensão de que se trocar a chefia do INCRA no Paraná, o problema da reforma agrária no nosso Estado será conduzido a contento, nesta Casa de Leis.

Por isso venho aqui, hoje, a esta tribuna. ontem fomos leitos aqui Presidente da Comissão de Terras, Imigração e Colonização deste Parlamento. E a Comissão de Terras tem a responsabilidade de, em nome desta Assembléia, buscar o diálogo, buscar a solução pacífica, buscar o entendimento como sempre se pautou. Buscar a conversa entre o agricultor proprietário e entre o agricultor sem-terra.

Eliminando do nosso Estado a possibilidade do derramamento de sangue, a possibilidade de confronto, a possibilidade da briga entre o agricultor proprietário e o agricultor sem-terra.

E acho que não devemos exigir do Governador Jaime Lerner, que ele use a força, porque se assim fizer, estará correndo o risco de cometer um erro político de grave repercussão, não só no nosso Estado, mas no Brasil e no exterior também.

Por isso é preciso cautela, é preciso paciência, é preciso dizer que ao governo federal cabe a resposta ao problema da reforma agrária, e não podemos aqui, numa camisa de força, exigir que a nossa polícia vá lá querer espancar os trabalhadores sem-terra, querer fazer pela sua própria força, as desocupações.

Concedo o aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre deputado, ouço com atenção o seu pronunciamento preocupado com a Reforma Agrária no Estado do Paraná. E realmente, o senhor coloca uma posição aqui dizendo que a obrigação da reforma agrária é do governo federal, mas o cumprimento da lei quando ela é violada no Estado do Paraná é determinada pelo poder judiciário, é do governo do Estado do Paraná.

É por isso, nobre deputado, que temos defendido e lutado, que o governo do Estado do Paraná cumpra a lei nas áreas produtivas, porque a área que é produtiva está cumprindo a sua função social. Como o senhor acabou de falar, a área que não cumpre a sua função social tem que ser desapropriada, mas aqui no Paraná tem inúmeras áreas que estão cumprindo a sua função social e foram invadidas: isso não é ser ocupada, o que cumpre a sua função social ela foi invadida por membros do movimento sem-terra. E o governo do Estado do Paraná está sendo pressionado pelos Deputados da base do governo, sim, para cumprir a lei nas propriedades produtivas. E é por isso que Deputados apoiam o governo, preocupados com a reforma agrária no Estado do Paraná, foram convidados pelo Governador

dor Jaime Lerner para irem a Brasília, ao Ministro Renan Cavalheiros, pedir para que a reforma agrária que o governo federal não faz, seja passada para o Estado fazer, junto com os municípios, de onde o Estado e o município vai poder realmente avaliar as propriedades que são improdutivas e também desapropriar as áreas que estão à venda, e o governo federal deixando à disposição as TDAS para que possam serem compradas essas áreas.

Os municípios vão fazer um levantamento para saber quem são realmente os sem-terra que têm origem e vocação à terra e que estão nas cidades e querem retornar às propriedades num assentamento.

E o que eu posso lhe dizer é que a posição dessa bancada é essa: pedir a descentralização, pedir o cumprimento da lei, e pedir a transparência na questão que o INCRA faz na hora de analisar se a área é produtiva ou improdutiva, e principalmente aprovar e fazer entrar em vigor uma lei que o senhor ajudou a aprovar, que esta Assembléia por unanimidade aprovou, e o senhor estava aqui e voltou junto com as demais bancadas desta Casa, que é a aplicação da Lei nº 12.116, uma lei apresentada pelo nosso Presidente, Deputado Anibal Khury, e que foi votado por unanimidade e que é na hora da inspeção da propriedade, na hora da avaliação para dizer se é produtiva ou improdutiva, que essa lei seja respeitada. Esta lei fala o seguinte: Para que o INCRA, na hora de fazer a vistoria, leve um representante da Secretaria do Meio Ambiente, leve um representante da Secretaria da Agricultura e um representante do Município, para que a avaliação seja transparente.

Queremos sim é a Reforma Agrária. Uma reforma agrária séria, uma reforma agrária dentro da lei, uma reforma agrária sem invasão, e que dê, aqui no Estado do Paraná, terra àqueles que são oriundos do Estado do Paraná, e não do jeito como o Movimento Sem-Terra vem fazendo, buscar pessoas lá no Paraguai, no Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, para poderem invadir as propriedades no Estado do Paraná.

Queremos que a lei seja cumprida e que a Reforma Agrária seja feita com justiça e com paz.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Plauto Miró Guimarães, V.Exa. sabe, e é um político experiente. Esse assunto da reforma agrária é um assunto polêmico, é, na verdade, um dos principais assuntos hoje colocados na Ordem do Dia, e não vai ser nobre Deputado, Plauto Miró, não vai ser com atitudes como estas que iremos resolver este problema, porque V.Exa. sabe que o que está escrito aqui é o que vale. E aqui está escrito

que a reforma agrária é de competência do governo federal.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

E a reintegração de posse e o cumprimento é do governo estadual.

O SR. NEREU MOURA

Acho que o Governador Jaime Lerner tem conduzido esse processo com equilíbrio, porque se assim não fosse, já teríamos derramamento de sangue aqui no nosso Estado.

Não podemos incriminar o governador se até agora não usou a força policial para fazer os despejos, porque ele sabe que está mexendo num barril de pólvora, ele sabe que se de um lado os produtores se organizam, do outro lado os trabalhadores, também. E é um barril de pólvora! É um assunto extraordinariamente complicado e não se pode ir com sede ao pote, tem que se ter o equilíbrio, tem que se ter a necessária flexibilidade para poder fazer com que a solução exista, mas exista com o bom-senso.

Concedo um aparte ao Deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Nereu Moura, quero fazer coro com a preocupação de Vossa Excelência e me permitir não concordar em alguns pontos com Vossa Excelência.

A reforma agrária no Brasil é um problema muito mais complexo do que um simples pronunciamento aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O governo federal, lamentavelmente, há décadas, até séculos, vem tocando e empurrando com a barriga este problema. Concordo com V.Exa. quando V.Exa. acha que o governador deva ter preocupação no sentido de que não haja confronto nem o derramamento de sangue.

Agora, o que não posso concordar, aí como Deputado e como cidadão, é que não seja defendido o direito de propriedade, que é o direito mais sagrado que temos na nossa legislação, porque se há que defender os interesses dos sem-terras, daquele que precisa de uma reforma agrária justa, tem que defender também o direito do proprietário.

Tenho na minha região, na Região Norte do Estado, em Londrina, propriedades produtivas que são invadidas, por fruto de movimento de sem-terra, apenas, mas de bandidos, de quadrilheiros que têm que ter o rigor da lei.

Entendo, até como cidadão, que o governador Jaime Lerner está protelando, assim como faz o governo federal, porque se o governo federal não toma nenhuma medida, então o governo do Estado do

Paraná e outros governos também não tomam. Tem que ter alguém aqui que defenda também o proprietário, o legítimo proprietário, porque o direito de propriedade é um negócio sagrado no Brasil.

Então, não podemos aqui, atrás de uma pretensa reforma agrária, também entender que alguns movimentos que são comandados por bandidos, como bem disse o Deputado do PFL, que trazem pessoas de outras regiões para poder invadir nossas terras aqui, e atrás desse não uso da força, compactuarmos com esse tipo de invasões que tem no Paraná, que acho que nem V.Exa. também compactua.

Então, o Governo do Estado do Paraná tem que fazer valer a lei. Se necessário for, tem que usar a força com moderação, mas tem que prevalecer a lei, porque o dia em que o direito da propriedade não for devidamente defendido, então não dá para ser proprietário de terras no Brasil nem de terra urbana, nem de terra na zona rural, na medida em que a lei não nos protege.

Então, acho e venho de uma família de lavradores e nunca aprendi na minha casa que para ter terra tinha de invadir terra dos outros.

Acho que a reforma agrária é séria, que no movimento sem-terra tem muita gente séria, mas por trás de tudo isso há a incompetência, não seriedade, do próprio governo federal, e quem tem que tratar de reforma agrária é o INCRA e o governo federal, mas temos aqui que defender as pessoas sérias, também, que são proprietárias de terras, que produzem e que fazem do Estado do Paraná um Estado com vocação eminentemente agrícola, e que precisa ter respeito na sua propriedade. Aí, acho que o Governador Jaime Lerner não pode ser fraco, ele tem que saber usar a força que tem do seu poder como governador, sem derramar sangue evidentemente, mas aqui quem compra terra no Paraná tenha a segurança de poder produzir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está encerrado o tempo de Vossa Excelência.

Concedo a Vossa Excelência mais um minuto.

O SR. NEREU MOURA

Para concluir, Sr. Presidente.

Não entrei aqui no mérito de reforma agrária, apenas usei da palavra para colocar a nossa opinião com relação ao pedido de despejo, porque a reforma agrária, conforme o mérito aqui questionado por Vossa Excelência, pelo Deputado Plauto, é um assunto palpitante. Não podemos fazer com que os adjetivos falados por V.Exa, que os trabalhadores são bandidos marginais, são preguiçosos, possam, na verdade, servir ao nosso trabalhador.

O Sr. Cezar Silvestri

Gostaria de um aparte.

O SR. NEREU MOURA

Mas, já estou com o meu tempo encerrado.

O Sr. Cezar Silvestri

Mas, peço licença para o Líder do PTB e pelo que vejo há concordância, poderia ceder o tempo do PTB para que continuássemos essa discussão.

O SR. NEREU MOURA

Se V.Exa. ceder o tempo do PTB, concedo o aparte a V.Exa..

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Nereu Moura, eu escutava o seu pronunciamento, e quero discordar de algumas questões. Lógico, sou obrigado a concordar com V. Exa. no que se refere à dificuldade que o Governador Jaime Lerner tem em fazer realmente com que a lei seja cumprida, principalmente nas reintegrações de posse. O Governador Jaime Lerner tem dito isso em todas as ocasiões de posse. O Governador Jaime Lerner tem dito isso em todas as ocasiões, inclusive junto aos Deputados que lhe dão apoio e sustentação nesta Casa, que ele encontra essa dificuldade em fazer a reintegração de posse; e logicamente que o governador gostaria de ter recursos para trabalhar em conjunto com o governo federal para realizar a reforma agrária, eu sempre tenho dito isso, e o senhor mesmo é testemunha porque também faz política na mesma região que faço.

Um dos maiores avanços que o MST conseguiu foi realmente fazer com que todos os partidos políticos, sem exceção, hoje, nos últimos dez anos, essa conquista foi conseguida com muito trabalho, com muita luta pelo MST, da conscientização da necessidade da reforma agrária.

Vossa Excelência deve lembrar que os primeiros debates que ocorriam na Assembléia há oito anos atrás, sete anos atrás, eram com relação do questionamento da legitimidade da reforma agrária, hoje não se discute mais isso; existe uma conscientização da sociedade, dos partidos políticos, da necessidade de reforma agrária. Agora, o MST vem perdendo credibilidade com as suas ações, esta semana ainda via em todos os jornais, não somente os jornais de circulação estadual, mas também dos jornais de circulação nacional, que áreas que foram consideradas produtivas, que já havia sido feito a desocupação, foram novamente invadidas. Dou um exemplo maior: o Município de Guarapuava, em conjunto com o Ministério da Reforma Agrária, estava fazendo uma experiência de reforma agrária com acompanhamento do município, foram assentadas famílias de pequenos produtores, pessoas que tinham vocação, que

havam perdido suas propriedades para os bancos arrendatários ali da região, essas pessoas foram assentadas quinze dias após o assentamento estar sendo feito em parceria com o INCRA, com o município, e com o aval do Ministério da Reforma Agrária tiveram essa área invadida pelo MST.

Então, você fica perplexo, será que o Movimento quer a reforma agrária, ou é uma questão ideológica, ou é um questão que realmente eles querem criar o conflito, querem realmente criar mártires? Agora, o Governador Jaime Lerner não pode mais ficar assistindo de braços cruzados o descumprimento da lei. Nós, Deputados, legislamos para que as leis sejam cumpridas, logicamente que ele não gostaria, ele preferiria que o exército tivesse que fazer as desocupações, não a Polícia Militar, mas infelizmente a lei que fazemos, que os deputados federais fazem, faz com que essa seja uma missão do Governador Jaime Lerner, que acho que deve ter o apoio, não somente dos deputados que dão sustentação na Assembléia, mas de todos os deputados que querem realmente que as leis sejam cumpridas no Estado do Paraná.

O SR. NEREU MOURA

Obrigado, Deputado Cezar Silvestri.

O SR. PLAUTO MIRÓ

Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Deputado Plauto, com a palavra, Pela Ordem.

O SR. PLAUTO MIRÓ

Senhor Presidente, queria colocar aqui uma posição, o Presidente da Comissão de Terras não tem aqui condições de falar em nome da Comissão de Terras. A Comissão de Terras foi eleita ontem, os seus membros, e aquele que vai presidí-la, e até agora não teve reunião nenhuma para ter uma posição de discurso, de estar colocando uma posição dele, Deputado, como Presidente da Comissão, ele pode discursar como Deputado da Assembléia Legislativa, mas não emitir opiniões como presidente da Comissão de Terras.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Anibal Khury, não sei porque a irritabilidade do nobre Deputado. Tenho direito de falar aqui como parlamentar, porque o povo me trouxe para esta Casa. Falei que a Comissão de Terras vai se preocupar com o assunto da Reforma Agrária, que haveremos de fazer aqui seminários...

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A Mesa dá ao Deputado o direito de falar em seu próprio nome, quando em falar em nome da Comissão de Terras terá que ter o apoio da maioria da Comissão, como qualquer decisão desse Plenário. Eu até agora tenho ouvido de Vossa Excelência falar como presidente, mas não com decisão da Comissão de Terras.

O SR. NEREU MOURA

O senhor não ouviu corretamente porque estou falando como deputado, e eu disse aqui na Assembléia que a Comissão de Terras vai se preocupar, Sr. Presidente, em discutir esse assunto, fazer seminários, chamar os proprietários, chamar os sem-terras, como aliás já fizemos em vezes anteriores para encontrar caminhos que tragam a solução a este problema, mas tragam a solução de forma democrática e que atendam os interesses dos trabalhadores proprietários e dos sem-terra também. Falo como deputado, como político que tem sensibilidade para o problema, para a questão agrária deste país. Há de se sentir lá na nossa região, no Paraná inteiro as dificuldades da vida no campo, do agricultor e se é uma vida difícil, porque o agricultor se acampa à beira da estrada ou na própria propriedade para tentar fazê-la produzir, é porque existe o sentimento do agricultor que foi ceifado dele por uma ou outra razão.

É por isso que não entrei no mérito da questão. Não disse se o MST está agindo com propriedade, se está correto ou não. Apenas vim para discutir a questão do encaminhamento dos despejos que estão sendo reclamados por alguns parlamentares através da imprensa ou através de contatos com o próprio governador. Não revelei aqui a questão fundamental de mérito com relação à reforma agrária.

A minha opinião sobre esse assunto, a importância que se reveste para o nosso país, mas apenas e tão somente a minha preocupação de que o governador Jaime Lerner esteja sendo pressionado a fazer o despejo e desse despejo resultem graves incidentes, porque todos sabemos, não somos ingênuos, já ocorreram incidentes. Em Campo Bonito morreram três soldados. Morreu o Teixeira. Lá em Loanda, quando uma comissão de deputados para lá se dirigiu, houve enfrentamento da Polícia Militar com os agricultores sem-terra. É isso o que queremos evitar, que não haja o derramamento de sangue, nem do trabalhador sem-terra, nem do soldado da Polícia Militar e nem do produtor, dono da propriedade. É essa a questão que eu trouxe para debate aqui nesta Assembléia.

O Sr. Irineu Colombo

Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento)

Deputado Nereu Moura, quero parabenizá-lo pela iniciativa do debate, porque a reforma agrária, dentro da lei, dentro da ordem apregoada, nunca avançou antes do Movimento Sem-Terra. Jamais avançou tanto a reforma agrária senão pela pressão do MST. Isso não é avaliação, é constatação definitiva, reconhecimento pelo próprio Presidente da República, vários Presidentes da República, desde o governo Sarney que o MST faz parte do processo de discussão da reforma agrária. No Estado do Paraná há uma pressão para que se cumpram os mandados de reintegração. O mandado de reintegração é o mandado que não analisa o mérito do problema da terra e se torna uma medida judicial baseada em alguns dados, levados por um advogado de um fazendeiro, nem sempre legitimamente proprietário, e que a terra como acontece nas quarenta ocupações do Estado do Paraná, a grande maioria delas já tem o laudo de improdutividade. A terra até pode estar momentaneamente bonita, plantada, como acontece em alguns municípios, tem lá uma propriedade onde tem produtor que plantou a terra, mas se analisa o conteúdo da improdutividade pelo histórico da terra, porque a reforma agrária tem que cumprir a função social para o seu proprietário e para a sociedade.

Agora, o Estado do Paraná tem demonstrado até agora, depois dos incidentes no começo do Governo Jaime Lerner, os deputados lembram bem, incidentes que marcaram profundamente a imagem do Estado do Paraná e do próprio governo que queria passar uma imagem diferente para o Brasil e que deputados, fomos responsáveis para conduzir o processo lá da região do Ivaí. Fomos lá, conseguimos resolver o problema, foi uma precipitação e essa terra que denunciávamos que, pela avidez de se cumprir mandado que foi derrubado, e hoje as famílias dos sem-terra estão lá, estão produzindo e ninguém ousa desdizer de confrontar aquela realidade.

Precisamos ter ponderação, um momento de equilíbrio. A responsabilidade da reforma agrária é do governo federal. Sempre há registros no Paraná e em todas as Unidades da Federação do Brasil. Os sem-terras são brasileiros. Inclusive, os brasiguaios, pela forma como foram mandados para lá, e se vierem para cá temos que ser humanos, fraternos e no mínimo cristãos, para tratá-los como tais, e não jogar essas crianças e famílias debaixo de pontes, como estamos recebendo na entrada de Curitiba como se fosse um problema social.

Aqui, na Assembleia Legislativa, temos que tomar cuidado, ao invés de começar a defender concessionárias de rodovias e grandes proprietários rurais.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vossa Excelência tem mais um minuto para a conclusão.

O SR. NEREU MOURA

Concluindo, Senhor Presidente, de ato essa questão é palpitante e apaixonante e exatamente por isso que ela gera sentimentos extremados. Exatamente por isso é que temos que ter equilíbrio e a razão para mexer com ele. Temos que ter prudência.

Nós, Deputados, fomos eleitos pelo povo do Paraná, para ajudar a resolver os seus problemas e encaminhar os problemas do nosso estado. É um assunto que mexe com emoções e sentimentos fortes.

Por isso, Senhor Presidente, vim a essa tribuna para ajudar e colocar a nossa opinião e para dizer que estamos dispostos a ajudar a encaminhar a solução. O que queremos é o bem do Estado do Paraná, de toda a nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Deputado Algaci Túlio, com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Quero desviar um pouco a atenção desse debate, saindo da terra, agora e entrar um pouco no mar.

Hoje, o Porto de Paranaguá completa 64 anos de atividade. Estivemos na cidade portuária representando a Assembleia Legislativa e participando desse evento. O Porto de Paranaguá, onde passa os principais produtos, que são produzidos e saem da terra dos paranaenses e que é sem dúvida alguma um dos maiores escoadouros do país, 81% das exportações do Estado do Paraná passam pelo Porto de Paranaguá, que alcança uma cifra de cinco bilhões de reais. Passa ainda uma parte da produção agrícola de Goiás, do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e também do Paraguai, totalizando vinte milhões de toneladas de carga ao ano. Este volume, companheiros deputados, é 22.000% maior que 91,3 toneladas embarcadas em 1.935, quando o Porto iniciou as suas operações.

Desde 17/03/35, quando o Porto de Paranaguá iniciou as suas operações, cresceu tanto que hoje ocupa o primeiro lugar entre os portos da América Latina, em embarque de granéis sólidos com 10,5 toneladas/ano. É também o segundo do Brasil em arrecadação de divisas, com movimento de cerca de 100 milhões/ano na sua área de abrangência.

O Porto de Paranaguá ainda apresenta deficiências, especialmente no que diz respeito à sua pessoa jurídica. Aqui, nesta Assembleia, na minha

terceira legislatura, como Deputado Estadual, promovi e presidi uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que visava apurar uma série enorme de irregularidades no Porto de Paranaguá. E a CPI chegou ao seu final, uma CPI bastante polêmica, que acabou mostrando, na verdade, a situação do Porto de Paranaguá. E foi graças àquela CPI que algumas coisas se modificaram na administração do Porto de Paranaguá. Mas ainda permanece a figura jurídica do Porto de Paranaguá; é uma autarquia, não é uma autarquia? O que é na verdade a pessoa jurídica do Porto de Paranaguá?

E lá estão, centenas, milhares de ações trabalhistas que não chegam a um denominador comum, que não se sabe se o governo se obriga a cumprir esta ação trabalhista, se posterga isso, ou enfim, qual é a posição que toma.

E hoje, durante este aniversário do Porto de Paranaguá, me chamou muito a atenção e trago para esta Casa, a angústia, o desespero do prefeito da Cidade de Paranaguá. Não é meu eleitor, muito pelo contrário, trabalhou contra a minha candidatura, muito embora tenha sempre procurado ajudar, da melhor forma possível, incentivar o Município de Paranaguá. Mas senti hoje, Deputado Ângelo Vanhoni, os companheiros parlamentares que têm votação em Paranaguá, Nelson Justus, Marcos Isfer, Alborghetti e tantos outros companheiros, senti hoje o desespero que se encontra o prefeito da cidade de Paranaguá.

E este desespero é traduzido em função da situação que está hoje a cidade de Paranaguá. O porto com praticamente metade privatizada, não está provocando aquele número de empregos que se imaginava que poderia produzir; a cidade está parada, está destruída, porque começa agora a safra de 1999.

Uma situação difícil a ponto de o prefeito, no dia do aniversário do porto vir para o palanque, usar da palavra e fazer uma série de reivindicações, uma série de apelos, desesperadamente, a ponto até de propor, nos próximos dias, um fechamento das estradas, e o fechamento da operação do Porto de Paranaguá.

Por isso é que venho nesta tribuna, neste momento, para pedir aos companheiros parlamentares, que, na semana passada recebemos aqui, juntamente com o Presidente da Casa, Anibal Khury, com Nelson Justus, Marcos Isfer, com Vanhoni, o prefeito de Paranaguá que veio aqui, desesperadamente, pedir auxílio para sua Santa Casa. Ele agora pede, mais uma vez, o nosso apoio, Srs. Deputados, é necessário que apelemos ao Governo do Estado para que reveja a situação da cidade de Paranaguá juntamente com a questão do porto, também.

E o prefeito tem um projeto importantíssimo, que é criação do parque industrial, que é somente

para este lado da cidade que o porto ainda pode crescer. E encontra o prefeito dificuldades junto ao Ministério Público que não permite a liberação do RIMA e conseqüentemente este parque industrial acaba não acontecendo, não permite a ida para Paranaguá de várias indústrias que já se prontificaram a ocupar espaço e a gerar empregos e divisas em Paranaguá, mas se não tem aonde localizar, evidentemente para lá não vão.

Então o apelo que faço, senhores parlamentares, é no sentido que aqui se possa levantar, também da mesma forma que se levanta a bandeira em defesa da terra, que se levante a bandeira em defesa do porto de Paranaguá, vale mais antiga cidade do Paraná, que é a cidade de Paranaguá.

Concedo o aparte ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Algaci Túlio, a cidade de Paranaguá está encurralada pela fome, encurralada pela modernidade, encurralada pela falta de esperança.

Dizem, lá em Paranaguá, que Paranaguá é a cidade do "já tive". Já teve isto, aquilo. É uma cidade hoje sem esperança. De um lado o mar, a baía, o porto e de outro lado a Mata Atlântica, a serra do Mar.

Nesses dias que estamos assistindo, da safra, 1500 caminhões, carretas de soja, milho e demais produtos agrícolas, entram diariamente na cidade de Paranaguá. Uma cidade que ainda tem o mesmo padrão de desenvolvimento de 20 anos atrás. Nenhuma obra de estrutura urbana na cidade foi feita nesses últimos 20 anos. E pela cidade de Paranaguá trafegam diariamente durante 3 meses, na safra de verão, 1500 carretas, diariamente. São containers e containers de um lado, são carretas e carretas estacionadas de outro lado.

O porto passa por uma transformação profunda, pode ser completamente privatizado. Espaços do porto, partes do porto já foram privatizados há anos. A classe portuária passa por uma transformação, não só em Paranaguá mas no Brasil inteiro. Se o governo do Estado não entender o que acontece na cidade de Paranaguá e não perceber que lá precisa de uma ação energética por parte do Estado, seja do ponto de vista de melhorar a estrutura da cidade para que ela possa desempenhar esse papel econômico para o Estado do Paraná, que desempenha para o transporte da mercadoria para outros países e outros povos do mundo; se o governo não entender isso, e se junto com a prefeitura e a comunidade de Paranaguá não abrir perspectivas de emprego, o futuro dessa cidade será mais negro que já está.

Os índices sociais em Paranaguá, talvez sejam os mais alarmantes do Paraná. Os índices de desemprego, Deputado Valdir Rossoni, proporcionalmente é o maior do Estado do Paraná. Nem em Curitiba e Região Metropolitana que assistimos um grande fluxo migratório de todas as regiões do Estado, é maior proporcionalmente do que o índice da cidade de Paranaguá, como mortalidade infantil e outras questões sociais.

Por isso V. Exa. tem razão quando alerta a Assembléia Legislativa mais uma vez pelos problemas que passa a cidade de Paranaguá. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ALGACI TÚLIO

Muito obrigado Deputado Vanhoni.

E acrescentando, Deputado Vanhoni, o índice de AIDS é algo realmente extraordinário. Com a chegada dos caminhoneiros, meninas ainda, 14, 15 anos são levadas à prostituição como esperança de salvamento da sua sobrevivência. Isso é muito grave mesmo.

Faço um apelo, Deputado Valdir Rossoni, líder do Governo, junto ao Departamento de Estradas e Rodagem. No ano passado acompanhamos o governador da sua estada em Paranaguá, quando foi assinado um compromisso de uma Ordem de Serviço, para a trincheira que dá acesso ao porto de Paranaguá. A trincheira ainda não aconteceu, causa enormes problemas para o tráfego diário na cidade, a rua que dá acesso aos cais do porto está praticamente intransitável. Faço um apelo a V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, que entre em contato com o Secretário de Transporte, Sr. Heinz Hervig, para que, em caráter de urgência, sob pena de termos penalizada a entrada de caminhões na cidade de Paranaguá, uma recuperação urgente deste trecho. Trago este apelo em nome do prefeito da cidade, Mário Gomes.

O Sr. Marcos Isfer

Quero parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento que faz aqui na Assembléia, a respeito de Paranaguá, dizer que todos que temos votos nos somamos à sua proposição, mas principalmente, é o momento de nos unirmos para irmos discutir a possibilidade da instalação do Distrito Industrial de Paranaguá, uma vez que a existência do retro porto, a existência da industrialização da cidade, será a única solução para podermos diminuir lá esse problema de emprego.

Acredito, como diz V. Exa., há necessidade efetiva de uma união neste momento, porque uma vez que há por parte dos órgãos ambientalistas e principalmente da promotoria ambientalista uma tentativa de não permitir a instalação desse Distrito Industrial, estamos vendo inúmeras indústrias que

poderiam ter interesse de instalar-se ali, indo instalar-se em outras regiões, e até mesmo pela dificuldade.

Acredito que esta seja uma missão de toda esta Assembléia, e me somo ao pronunciamento de V. Exa. dizendo que sempre estou à disposição de Paranaguá.

O SR. ALGACI TÚLIO

Sabe também o Deputado Nelson Justus, que por sinal, estará hoje à noite em Paranaguá, vai ter uma conversa com empresários, e certamente ouvirá deles também as reivindicações que trago nesse momento. É bom esclarecer e dizer à população de Paranaguá, que esta Casa tem um carinho muito grande pelo nosso litoral, se empenha da melhor maneira possível, no sentido de mostrar serviço, mostrar a nossa preocupação, o nosso desejo de melhorar a qualidade de vida do nosso povo do litoral.

O Sr. Hidekazu Takayama

Entendo que o tempo já está vencido, quero apenas em rápidas palavras, me somar ao discurso de V. Exa., e dizer, Deputado Algaci Túlio, que tem todas as iniciativas, tenho certeza que os demais Deputados, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, V. Exa. que está na tribuna, outros deputados, todos estamos com o coração voltado para a cidade mais antiga do nosso Estado, que merece uma atenção e um carinho maior.

Quanto a trincheira, ontem mesmo, fiz um contato com a Secretaria dos Transportes, aquela trincheira que há tanto tempo tem sido reivindicada e que liga dois bairros, principalmente os bairros populares ali na BR. E quero dizer a V. Exa., que seria interessante que partíssemos aqui da Assembléia com um abaixo-assinado de todos os deputados ou pela Presidência, registrando a presença da Mesa. E a pessoa que está atravancando a liberação daquela área industrial, para que seja colocado ali um Distrito Industrial, ele tenha a maior sensibilidade, porque se isso não ocorrer, vai acontecer invasões de terras, mesmo porque a população, já está querendo entrar naquela área. Quer dizer, não atende de uma forma ordenada, vai acabar tendo que atender de uma forma desordenada. Gostaria de me somar ao discurso de V. Exa., dizer que em todas as iniciativas relativas ao Porto de Paranaguá, estaremos juntos.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TÚLIO

Quero deixar também registrado os cumprimentos ao Dr. Ozires S. Guimarães e toda a sua diretoria do Porto de Paranaguá, que realmente fazem as boas mudanças, com muita dificuldade,

sim, mas conseguem com muito sacrifício colocar o Porto de Paranaguá, hoje, como uma grande vanguarda nos Portos do Brasil.

Parabéns ao nosso Porto, ao nosso Superintendente, mas ao mesmo tempo, a nossa preocupação pelo estado de coisas, pela situação em que se encontra a Cidade de Paranaguá.

O Sr. Valdir Rossoni

Gostaria que nos encaminhasse essa posição de V. Exa. por escrito, quanto à questão da prostituição de menores, quanto à questão do acesso ao Porto, porque vamos encaminhar às Secretarias para que tomem as providências.

Quanto aos parabéns que V. Exa. está dando para o Porto, quero lhe dizer que não concordo. Sou um homem que usa o Porto de Paranaguá, para exportar a minha mercadoria. Digo para V. Exa., que o Porto ainda merece muito mais atenção para ter a agilidade, para melhorar os preços dos portos, porque as mercadorias que embarco em Paranaguá e no Porto de São Francisco, no Porto de São Francisco me custa 30% mais barato.

Então, quero me somar à preocupação das outras questões, mas dizer que os parabéns ao Porto de Paranaguá, ainda não é merecedor da minha pessoa. Acho que tem que melhorar muito mais, seja pelo enxugamento, seja pela melhora de funcionários, seja pela privatização. O que não pode, é se apegar somente a essas questões, e esquecer quem produz e quem gera emprego, porque a mercadoria que se embarca no Porto de Paranaguá, é mais cara do que aquela que se embarca no Porto de São Francisco, é mais cara do que aquela que se embarca no Porto de São Francisco, está gerando emprego na minha indústria e na indústria de todos os paranaenses. Então o Porto de Paranaguá tem que melhorar e muito e só não foi melhorado, porque o corporativismo lá ainda prospera.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TÚLIO

Entendo a sua posição e deixei bem claro, que o Porto carece ainda de melhor estrutura administrativa, tanto que a CPI que presidimos aqui na Casa, mostrava exatamente essas situações: fretes caríssimos, encargos tributários, tarifas portuárias, realmente, fora da realidade.

É importante o seu depoimento, porque quem sabe possamos reabrir aquela CPI. Não diria reabrir, mas trazer de volta alguns pontos da CPI para ver em que pontos o Porto avançou, onde a sua administração mudou e o que é que tem ainda para se fazer.

Vou aproveitar isso e fazer uma reavaliação dos pontos levantados por essa CPI que a Assembleia concluiu, e vermos, na verdade, o que mel-

horou, o que modificou dentro do Porto de Paranaguá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assistimos ontem o pronunciamento do Deputado Péricles Mello que levantou uma série de dados, números referentes ao pedágio das rodovias do Estado do Paraná. Naquela ocasião coloquei algumas coisas que venho acompanhando e continuarei agora, dizendo que o Deputado Péricles Mello, sou testemunha disso, desde o início tomou todos os documentos possíveis, análises de engenheiros e as parcas informações que vinham do governo do estado. Algumas se contradizendo e outras obscuras, para se tirar uma conclusão de valores, quantidades e a realidade com que está se pactuando o Estado do Paraná com os valores do pedágio proposto, inclusive por alguns deputados que sustentam o governo.

Até hoje, em todos os pronunciamentos do Deputado Péricles Mello não houve nenhuma contestação do ponto de vista de quantidade e valores. Vou repetir a minha fala. Até hoje, de todos os pronunciamentos do Deputado Péricles Mello não houve nenhuma contestação do ponto de vista de números e das quantidades por ele citado. Deixando de lado o conhecimento técnico que o Deputado tem, por ser um engenheiro civil, ele pautou as informações que recebeu e se associou a quem de fato entende, do ponto de vista econômico e técnico a questão do pedágio. Que há falta de transparência do Governo Jaime Lerner para mostrar aos usuários, não para nós.

Vamos tirar os deputados da jogada, Deputado Valdir Rossoni. Vamos imaginar que o governo não precisa responder o requerimento que vamos apresentar hoje. Não precisa nos informar. Que o governo não é transparente com o povo do Paraná, sobretudo com os usuários dando explicações, planilhas de custos, qual é o tipo de contrato que foi feito e o que está acontecendo com o pedágio no Estado do Paraná. Os usuários não têm nenhuma informação. E o pior, não têm o direito de obtê-las, porque os conselhos não dão acesso. Os deputados que podiam dar algumas informações, o governo não responde seus requerimentos. E a transparência, Deputado Valdir Rossoni, a transparência que V. Exa. diz que há no governo, está contraditada no convite que recebi, e vários deputados da oposição receberam, para participar de uma reunião no gabinete da Liderança do Governo, onde estaria lá o Secretário de Transportes. Lembro-me

perfeitamente o Deputado Divanir Braz Palma chegar em mim e falar: "vamos participar de uma reunião hoje que o Sr. Secretário vai explicar sobre o pedágio".

Saímos daqui, passamos pela Liderança do PT e o Deputado Péricles falou: "Colombo, vamos lá comigo. Tem uma reunião, vai ser importante participarmos, parece que há uma boa vontade deles esclarecerem."

Chegamos, lá, fomos barrados por um funcionário que disse: "Essa reunião com o Secretário é sigilosa e, somente, com os Deputados que apóiam o Governo."

Fomos tacitamente, sumariamente, desconvidados para a reunião. Realmente, Deputado Péricles, o Senhor tinha razão, falta transparência para o povo do Paraná e para nós Deputados discutirmos os valores do pedágio. Ou será, que os deputados da bancada do governo concordam que uma sapata daquelas deve custar 26 mil e que uma praça de pedágio realmente tenha um valor provisório de 4 milhões de reais.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O motivo de estarmos, hoje, no Pequeno Expediente, é para em meu nome pessoal e do Deputado Miltinho Puppio, agradecer a todas as lideranças e partidos políticos desta Casa, bem como aos demais parlamentares que integram a Assembléia Legislativa, pela confiança e pelo apoio que deram ao meu nome e ao Deputado Miltinho Puppio, para continuarmos na condição de Presidente e vice-Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário.

Bloco Parlamentar Agropecuário instituído no ano de 1986, teve como seu primeiro coordenar o Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana e a partir de fevereiro de 1987, portanto, há 12 anos atrás, nós e outros valorosos companheiros desta Casa, temos procurado, através do Bloco Agropecuário fazer um trabalho em favor do setor produtivo do Estado do Paraná.

É lógico que para este trabalho ter sucesso, necessário se faz a participação dos senhores deputados, necessário se faz a parceria que mantivemos com a Comissão de Agricultura e que esperamos manter daqui para frente, também, sob a presidência da Comissão de Agricultura, Deputado Edgar Bueno. Evidentemente, que sempre contando com o apoio da Presidência da Casa, na pessoa do Deputado Anibal Khury, na pessoa do Deputado Antonio Annibelli, quando esta Casa, também presidiu. O Bloco Parlamentar Agropecuário sempre procurou desenvolver ações em favor do povo paranaense.

Aproveitando ainda esses minutos que me restam no Pequeno Expediente, dizer aos Senhores

Parlamentares, em especial ao meu amigo Valdir Rossoni, aos demais companheiros ligados ao Governo, que já temos uma programação para o Bloco Agropecuário no mês de março.

Estamos com um simpósio agendado para o dia 31 de março de 1999, quando vamos tratar, em parceria com a APS com outras entidades, a destinação dos resíduos da exploração da suinicultura no Estado do Paraná, haja vista que recursos estão sendo buscado junto ao BRDE, para apoiar a destinação correta dos resíduos oriundos da exploração suinícula no Estado.

Vamos também no mês de março promover uma discussão a respeito da situação do trigo no Paraná. Inclusive, no dia de hoje, recebemos através do Dr. Élio Gomes, outrora diretor do CETRIN do Banco do Brasil, hoje, trabalhando no Grupo Santista, recebemos dele hoje importantes informações a respeito da situação do trigo no Paraná.

Mas queremos também, Sr. Presidente, nobre Deputado Valdir Rossoni e demais líderes do governo, nos inteirar mais profundamente a respeito de alguns investimentos que estão chegando ao nosso conhecimento, de pessoas ligadas, cidadãos paranaenses, alguns ligados ao governo do Paraná, estariam investindo pesadamente na agropecuária dos Estados da Bahia e Alagoas. Todos sabemos que foi uma luta muito grande no Paraná, no IAPAR, depois do Secretário Osmar Dias, Hermas Brandão, a implantação do café adensado no Estado do Paraná e hoje temos informações que alguns cidadãos paranaenses estão investindo alguns milhões no desenvolvimento do café adensado, na Bahia, alguns desses cidadãos, com ligações bastante próximas ao governo do Estado e, na minha opinião, até desautorizando com isso, os programas que o governo do Paraná desenvolve em favor do café adensado aqui no Paraná.

Comenta-se a respeito de fazendas adquiridas na Bahia, onde a exploração do café adensado é prioridade e comenta-se que, ao invés de se apoiar o trabalho em favor do coco, lá na região Nordeste, tão bem divulgada e estimulada pelo nosso companheiro Parreiras, e no Estado das Alagoas também está se desenvolvendo através de alguns paranaenses valorosos - também com ligações junto ao governo - um grande programa de plantio e desenvolvimento do coco naquela região. Vamos buscar junto à liderança do governo e junto aos Deputados que integram esta Casa, mais informações, porque como Presidente do Bloco Agropecuário, é nossa intenção, promovermos uma excursão até a propriedade desses ilustres paranaenses lá na Bahia e nas Alagoas para conhecermos realmente o que é que a Bahia tem que o Paraná não tem, na questão do café adensado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero saudar as lideranças do Oeste que se fazem presentes nesta sessão, alguns dos vereadores já foram citados na sessão de ontem e hoje citaria a presença dos irmãos Siliprandi, diretores da Rádio Cidade AM-FM de Cascavel e também do Renato Silva, que é o diretor da UNIOESTE e suplente de Deputado Federal. Figura extraordinária, que mostrou com seus quase 50 mil votos e que infelizmente não chegou no Congresso Nacional, mas de qualquer maneira vale ressaltar a sua expressiva votação e o nosso desejo que o senhor, como 1º suplente, possa assumir nos próximos dias.

Venho a esta tribuna Senhores Deputados, para fazer uma reflexão. O Brasil privatizou. O Governo Federal vendeu grande parte do seu mais precioso capital. Privatizou e não disse até agora, onde aplicar o dinheiro das privatizações. O governo brasileiro privatizou, não aplicou o dinheiro na vida econômica e produtiva do nosso país e hoje fazemos a seguinte pergunta: "Privatizaram, porquê?" Se a dívida do Governo Federal aumentou, se as injustiças sociais aumentaram, se o desemprego é galopante e desenfreado nesse país, se as pequenas e as microempresas estão quebrando, se todas passam uma grande dificuldade e pagando juros exorbitantes, é difícil para qualquer empresa brasileira sobreviver. Por isso faço essa pergunta e digo aos senhores que neste ano o Brasil vai gastar mais de 2 bilhões de dólares, mais da metade de toda arrecadação do CPMF com a importação de algodão, de feijão, de milho e de arroz. Só este ano vamos importar 6,4 milhões de toneladas - apenas de trigo. Quer dizer foi desorganizado, a cadeia produtiva da agricultura, também do comércio e da indústria e essa questão social que estamos vivendo no país é preocupante. Por isso que temos que fazer esta reflexão do que fez o governo federal, para chegarmos às privatizações no Estado do Paraná.

É o caso da COPEL, é o caso da SANEPAR, é o caso do BANESTADO. O BANESTADO que hoje sofre uma grande dificuldade e que recebeu mais de 2 bilhões e 600 mil reais para sanar as suas dívidas, me parece e pelas informações que tenho, é que quase todo esse dinheiro foi pra pagar a Caixa Econômica Federal. E o Governo do Estado está para privatizá-la e quero mostrar a todos os senhores o lucro que hoje a atividade bancária dá neste país. É só no Brasil que pode ocorrer isso. Imaginem os senhores:

"Bancos lucram até 300% em um só mês. O mês de janeiro. Dados oficiais: só em janeiro o Banco Central teve - o Banco Central que é do Governo Federal - um prejuízo de 8 bilhões de dólares. No mesmo mês, 131 bancos somaram um lucro de 3,3 bilhões. Os lucros desses bancos, à frente os estrangeiros e junto com eles os tucanos Matrix e PBA, só no mês de janeiro foram praticamente o dobro do acúmulo de 1,8 bilhões em 1998. É bom lembrar que a economia dita "produtiva" operou no vermelho na maior recessão da história recente deste país."

Quer dizer, todos os bancos dão lucro, principalmente os bancos estrangeiros. Gostaria de continuar, então, fazendo essa reflexão. Por que privatizar o BANESTADO? Por que o governo tem que ceder às pressões - principalmente neste momento em que o BANESTADO vive uma grande dificuldade e por que os bancos da iniciativa privada e principalmente os estrangeiros dão tanto lucro?

Com referência à COPEL. Tenho notícia aqui da Gazeta Mercantil que diz que o Governo do Estado detém ainda 58,5% das ações ordinárias e 31% do capital total. A COPEL que está prestes a ser privatizada e no momento em que vendermos mais 8,5% das suas ações, o Governo do Estado já perde o seu controle acionário, esta empresa que deu um lucro só no ano passado de 403 milhões. Então por quê privatizar a COPEL?

O apelo que venho fazer a todos os deputados da oposição, da ala governista, para que encampem esta idéia. Vamos falar com o governador para que ele consiga manter o controle acionário desta empresa que é um exemplo para todos nós para-anaenses e para todo o Brasil.

Este blecaute que até agora ainda não foi explicado, não sabemos se este blecaute foi provocado por essas empresas multinacionais perversas que querem o controle da energia elétrica neste país ou se foi mal explicado por um raio que caiu em Bauru. Ora, todo o sistema de energia elétrica deste país é totalmente seguro contra raios e principalmente os raios. E esta explicação não convenceu ninguém.

Aqui no Paraná não tivemos problemas pela capacidade técnica da COPEL, que além de operar bem e servir socialmente a população do Paraná, não permitiu que o blecaute atingisse os para-anaenses.

E quantos brasileiros, quantas pessoas nos hospitais, quantos médicos fazendo cirurgias tiveram que parar naquele momento por causa do blecaute que até hoje ainda não foi bem explicado.

Alguns jornais dizem aqui que temos muitos motivos para não vender a COPEL, e quero divulgar aqui alguns deles. Possivelmente seja vendido

para grupos estrangeiros, desnacionalizando ainda mais a nossa economia e tornando-a cada vez mais dependente das decisões externas.

Outro motivo: atende à população de baixa renda levando energia aos mais distantes lugares, por sua vez a iniciativa privada costuma investir somente onde dá lucro, Senhores Deputados. Outro detalhe: é uma empresa que teve papel fundamental no desenvolvimento do nosso Estado. Seus programas de eletrificação rural e urbana deram impulso à nossa economia e à nossa agricultura.

Também quero ressaltar aqui que a energia elétrica é qualidade de vida, e qualidade de vida está diretamente ligada às ações governamentais e não às ações de empresas particulares.

Em outros Estados várias empresas de energia foram privatizadas, o resultado foi o aumento desenfreado das tarifas e a baixa qualidade nos serviços de redução do investimento em produção e tecnologia.

Faço essa reflexão porque tenho certeza absoluta que todos os Deputados que estão nesta Casa têm responsabilidade com o desenvolvimento deste Estado. Perdermos o controle acionário da COPEL significa um retrocesso para a economia, para o desenvolvimento estratégico deste Estado.

Por isso peço a todos os Deputados, que façam um trabalho no sentido de conscientizar o governador Jaime Lerner, para que ele não permita que se venda mais 8,5% das suas ações porque aí, sim, por muito pouco o Estado do Paraná perde o controle acionário de uma das melhores empresas de energia elétrica deste país.

Muito obrigado, Senhores Deputados, e peço encarecidamente a todos os senhores que se somem dentro desta bandeira de não permitir que o Governo do Estado perca o controle acionário, principalmente da COPEL.

O Sr. Ademir Bier

O que a gente gostaria de saber realmente é quanto foi vendido de ações da COPEL? Uma coisa que realmente não é explicado, e que fica difícil até fazer um posicionamento nesta questão.

O SR. EDGAR BUENO

É importante, uma matéria muito interessante da Gazeta Mercantil diz que o Estado do Paraná ainda detém 58,5% das suas ações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acho que tem uma das questões mais básicas, que talvez todos concordemos em relação ao papel da educação na sociedade em que vivemos, sobretudo na sociedade à beira do 3º milênio, aonde que a questão do conhecimento é fundamental para a constituição da cidadania dos nossos povos.

Uma das questões fundamentais que defendemos, acho que comungamos em grande parte com posicionamento político de vários partidos, é no papel de o Estado prover o acesso e a garantia ao ensino público e à gratuidade do ensino.

Esta é uma tarefa ainda para a conquista em território brasileiro. Alguns dados são aterradores no nosso país. Dos estudantes de curso superior em território brasileiro, num total de um milhão e 400 mil jovens que estão nas escolas superiores, nível de graduação, exatamente 87% deste estudantes estão nas escolas particulares. Estudantes e famílias que têm que pagar para que os seus filhos tenham acesso à educação do ponto de vista da sua graduação a nível superior, para poder entrar no mercado de trabalho no nosso país.

A inversão de prioridade dada pelo governo nesses últimos 20, 30 anos, é uma aberração do ponto de vista da cidadania.

Há trinta anos atrás, e os dados são estes, exatamente a proporção era ao contrário. Apenas 28% dos estudantes brasileiros e de nível superior freqüentavam as escolas particulares, e 70% dos estudantes brasileiros, as universidades públicas, federais, estaduais, em território brasileiro.

Nota-se que por essa visão estatística, o descompromisso do Estado ao longo dos anos vem favorecendo as escolas de nível superior da iniciativa privada em detrimento de uma garantia marcada, como cláusula pétrea, de função do Estado na área da educação.

Digo isso, Senhores Deputados, porque um debate precisa ser feito, e precisamos abrir esse debate aqui na nossa Assembléia, mesmo que isso traga constrangimentos em função dos problemas suscitados em relação a vários Deputados.

Há questão de dois anos atrás, três anos atrás, a Universidade Tuiuti, lutou junto ao Conselho Federal de Educação para a obtenção da possibilidade da abertura de novos cursos e da constituição da Universidade.

Este pleito, das Faculdades Tuiuti não só pela comunidade acadêmica, pelos estudantes, pelos professores, pelos funcionários, teve o apoio de vários setores da sociedade paranaense, porque de fato perceberam e tinham relatos dos cursos que eram ministrados, dos cursos prestados na Faculdade Tuiuti, do ponto de vista do seu prestígio, da sua competência acadêmica.

Nesses últimos anos, vários mestres da Universidade Federal do Paraná, aposentados, mas

com título de pós-Graduação e Doutorado, hoje dão aulas nos cursos da Faculdade Tuiuti, na área de Odontologia, na área de Medicina, na área de Psicologia, na área de Comunicação, de Veterinária, enfim, em diversos cursos.

A capacidade técnica do ponto de vista pedagógico, e a capacidade do ponto de vista de estrutura da faculdade, não deixou dúvidas para a comunidade que a Faculdade Tuiuti poderia obter do Ministério de Educação, do Conselho Federal de Educação, a possibilidade de se constituir como uma universidade particular na Cidade de Curitiba. Assistimos, Senhores Deputados, uma grave denúncia. Recentemente a Faculdade Tuiuti prestou vestibular no curso de Direito, depois da aprovação, da publicação dos aprovados, uma denúncia possivelmente, não estou muito a par de todo o desenrolar da denúncia, mas de estudantes que não passaram, enfim com alguma observação de alguns problemas ocorridas durante o processo, fizeram uma denúncia que acabou sendo relatada, encaminhada pela Procuradoria da República do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Posso informar a Vossa Excelência que tenho conhecimento do que está acontecendo, a denúncia é anônima, e o procurador recebeu, contrariando o princípio constitucional, essa denúncia anônima.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Mas de qualquer maneira, Presidente, um processo está em curso junto ao Ministério de Educação, porque vi nos jornais de hoje que o MEC determinou que uma comissão de sindicâncias do ministério viesse à Curitiba, e junto à Universidade apurar as possíveis irregularidades.

Levanto isso porque de certa maneira, não quero levantar suspeição sobre ninguém e não é essa a minha conduta neste meu pronunciamento, mas e fato, se nós pegarmos os aprovados na Universidade Federal, na Universidade Católica, na Faculdade de Curitiba, na Evangélica, muitas vezes vamos assistir um número enorme de aprovados, de pessoas ilustres, de filhos de pessoas com algum prestígio social em função muitas vezes da classe social a que pertence do ponto de vista da sua posição de classe, ou da sua tradição que tem na cidade de Curitiba.

No entanto, em função dessa denúncia anônima, Senhor Presidente, alguns Deputados, em especial a classe política, está sendo citada com parentesco de algumas pessoas que porventura passaram no vestibular da Faculdade Tuiuti, Deputado Beto Richa é lembrado, Vossa Excelência como Presidente é lembrado, o Deputado Nelson Justus, o

Deputado Ângelo Vanhoni, é lembrado como se a ilação e a dedução à primeira vista, e talvez a única vista que se faça desta ilação é de que a relação de prestígio que eu tenho na sociedade, que o Senhor, como Presidente da Assembléia, uma figura pública, o Deputado Nelson Justus, o Beto Richa, possam ter privilegiado junto a instituição o acesso de alguma pessoa que não tenha conseguido a vaga no curso de Direito da Universidade Tuiuti.

Essa é uma dedução óbvia à primeira vista, e talvez a única que fique para a população que assiste esse debate porque já alcançou os mecanismos e comunicação, não só da imprensa escrita, mas alcança os veículos de comunicação também da televisão e também do rádio.

Vi semana passada o meu nome sendo citado numa entrevista de rádio a respeito deste problema, num programa de meio-dia, sobre a questão da Universidade Tuiuti, mas também de outras pessoas.

Acho que de minha parte, e acredito que os demais deputados que têm qualquer relação, acho que nós temos que ter uma postura. Eu pelo menos lutei a minha vida toda para que a educação fosse pública, não sou contra a educação privada, acho que deve ser uma opção da sociedade em querer colocar o seu filho na iniciativa privada, na escola, ou com alguma vinculação do ponto de vista religioso, seja a opção que tiver, mas o Estado tem que garantir um ensino de qualidade e gratuito para o conjunto da população. Esta é uma obrigação essencial do ponto de vista democrático e do papel do Estado.

Quero dizer aos Senhores Deputados que a minha relação não é de parentesco imediato, de primeiro grau, com a Clecilha Arcoverde da Penha Vanhoni, essa moça, minha amiga a quem prezo, nem sabia que tinha feito o vestibular, descobri isso depois quando tive a notícia nos jornais, tem um laço de parentesco porque foi casada com o meu irmão, não sei dizer, acho que sim, acho que pelos seus méritos próprios, porque a família dela é ligada a área de Direito, o seu avô foi Desembargador, o seu tio foi desembargador, ela vive no meio jurídico, acredito que tenha sido pelos seus próprios méritos, acho que foi isso.

Mas quando há uma dúvida, e que paira sobre todos nós, de certa maneira há essa dúvida, quero dizer ao conjunto da Assembléia que estou mandando uma correspondência à Procuradoria, ao Ministério da Educação, vou fazer uma carta ao Jornal do Estado, que é um jornal que tem procurado investigar e trazer à tona essas questões, junto com outros órgãos também o Jornal do Estado, que se não me engano, foi o jornal que de início mantém o processo de investigação a respeito dessas questões da Tuiuti.

E vou fazer um comunicado aos estudantes e à comunidade universitária da Tuiuti, pois há um prejuízo irreparável.

O máximo que eu tenho que fazer é estar de acordo com a minha consciência. Sem nenhum constrangimento venho aqui fazer esse depoimento aos senhores, porque não quero que amanhã, com a carta publicada, ou com a minha satisfação à comunidade universitária, algum de meus companheiros e colegas no exercício do mandato se achem, de certa forma, porque o Deputado Vanhoni tomou esse gesto, prejudicados no ato que vou tomar.

Preciso fazer isso para dar uma resposta àquilo que a comunidade universitária, a que muitos possíveis eleitores ou não, em função dos vinte e cinco anos de luta política que tenho na sociedade curitibana e que sempre esteve pautada em questões fundamentais relativas à área da educação, os estudantes secundaristas ou com a comunidade universitária ou com os professores, a Assembléia Legislativa nesses quatro anos, é testemunha do meu empenho e denodo na busca de um aperfeiçoamento do sistema educacional, aqui, no nosso Estado, sobretudo do ponto de vista público.

Venho dizer com a maior tranquilidade que sou completamente favorável a todos os processos e mecanismos que forem necessários para apurar se houve irregularidade, porque se houve alguma irregularidade por parte da universidade, nós temos que ser duros.

Quando estudei na Universidade Federal do Paraná, fiz Faculdade Católica do Paraná; fulano, sicrano ou beltrano tinham comprado vagas na área de medicina, odontologia, arquitetura etc. Aliás, ainda continua esse tipo de informação, de contra-informação, percorrendo as universidades particulares. Nunca escutei isso de uma universidade pública, seja do Estado, seja aqui da Universidade Federal do Paraná.

Acho que se houver alguma comprovação de irregularidade, compete à Assembléia Legislativa, não sei quantos, oito deputados envolvidos com seus nomes noticiados em rádios e jornais a respeito dessas irregularidades. Se isso realmente ficar comprovado, nós devemos ser duros. A Assembléia deve pedir o cancelamento do vestibular, e deve fazer questão junto ao Ministério da Educação, para que, se ficar comprovado, a universidade seja repreendida na forma da lei, mesmo que isso custe o fechamento do curso ou da universidade.

Concedo um aparte ao Deputado Nelson Justus e depois aos Deputados Alborghetti e Takayama.

O Sr. Nelson Justus

Quero agradecer inicialmente o aparte que Vossa Excelência me concede e lamentar profundamente que realmente isso esteja ocorrendo.

Aprendi que o ônus da prova cabe a quem acusa. Esse é um filme que nós temos assistido e que não é de hoje, Vossa Excelência mesmo no seu pronunciamento disse que não é: compra de vagas, essa marmelada toda essa coisa em todos os cantos e universidades.

O que lamento profundamente é que alguns homens ligados à imprensa utilizem-se do espaço que lhes é conferido, para manchar e macular nome de pessoas e de estudantes que passaram com todos os seus méritos e que sejam jogadas as penas ao léu e depois com a dificuldade, recolhê-las.

Particularmente, no meu caso, tenho um filho, que passou em três universidades, em três, aqui no Estado. Não vi nenhuma nota especial, de igual maneira o filho do Deputado Annibelli, também passou na Federal, na Católica e na de Curitiba; nenhuma nota cumprimentando ou denegrindo o seu nome por ser filho de um Deputado.

No entanto, uma cunhada minha passa na Faculdade Tuiuti, e por ter mesmo sobrenome meu, e com muita honra, casada com um irmão meu, também vejo diariamente, através das rádios e da imprensa esta insinuação pecaminosa e danosa, porque são coisas que machucam. Ela mesma sente-se envergonhada em ir à escola, por ter o seu cunhado Deputado.

Ora, é chegado o momento de nós, aqui nesta Casa, nos valorizarmos e darmos um basta a essa história! Tenho muito orgulho de ser Deputado Estadual e faço com que meus filhos e meus parentes também se orgulhem de ter um parente Deputado Estadual. Não me envergonho em momento algum. Lamento que, muitas vezes, os nossos nomes, por sermos homens públicos e estarmos expostos, constantemente sermos citados de maneiras às vezes até infelizes.

Num matutino de hoje, V.Exa. e o Deputado Marcos Isfer, numa nota de brincadeira irresponsável, cita-nos como se nos sentíssemos frustrados pela Assembléia não ter comprado os carros Passat. Ora, eu sequer uso carro que não seja o meu, estou acostumado com ele e nem mesmo quando secretário usava motorista ou outro carro que não fosse o meu. Isso faz parte, infelizmente, da nossa cultura e do descaso com que, muitas vezes, nós somos tratados!

O cumprimento com toda veemência, acho realmente que o ônus da prova cabe a quem acusa, acho uma brincadeira e uma irresponsabilidade de mau gosto, num tal momento! E temos, sim, não o direito, mas o dever de ocuparmos, como V.Exa. faz, nesse instante, a tribuna, para reclamar, para gritar quando somos injustiçados.

Não tenho dúvidas, claro como é que se pode impedir entre milhares de estudantes e principalmente quando muitos de nossos filhos têm a mesma faixa etária, puxa vida, nas filas dos resultados e vestibulares eu perdi a conta de quantos companheiros, quantos amigos não estavam lá, torcendo pelos seus filhos, por terem mais ou menos a mesma faixa de idade. Com que alegria pude ver o Deputado Annibelli comemorando a passagem do seu filho na Universidade Federal, com que alegria pude ver o filho do Secretário Giovani sendo aprovado na Faculdade de Curitiba, e assim por diante. Estavam todos torcendo pelos seus filhos, até porque temos a mesma faixa de idade. De repente, uma contraparente sua ou uma contraparente minha, é aprovada numa faculdade e numa coincidência mais do que normal, porque fazemos parte de uma sociedade onde queremos que nossos parentes tenham o direito de participar de um curso universitário.

Vossa Excelência tem os meus cumprimentos, as minhas homenagens e acho que é justo que nós, aqui nessa Casa, que merecemos o respeito, temos o direito de brigar por ele.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado.

Não acompanhei o surgimento da notícia, confesso aos senhores que não acompanhei, mas acho que o procedimento correto, antes de fazer uma relação dessa natureza, como o jornal muitas vezes está fazendo, e daí dá um procedimento em cadeia, nos veículos de comunicação, de rádio, de televisão, no Estado, seria, no mínimo, o jornalista vá lá, converse com a pessoa, vá lá, conhece quem é a pessoa que foi aprovada, se realmente fez, se não fez. Por que, de certa maneira, todos nós que estamos arrolados ali, fizemos alguma coisa gravíssima e irregular, pela imagem que se tem na primeira e talvez única vista.

É irreparável o dano, não sei como a minha cunhada vai ter condições de cursar os 4 anos, se for cursar, porque toda vez que um professor fizer chamada ou que ela for conhecida, vai ficar uma pecha: “esta entrou porque o Deputado Vanhoni, utilizando de uma irregularidade, a colocou aqui como estudante do curso de direito”. Acho que nem ela por merecimento, que fez o curso vestibular e passou, merece isso, e nem eu, como um representante de um setor da sociedade mereço esse tratamento.

Então, Vossa Excelência tem razão, eu agradeço, Deputado Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Queria dizer a Vossa Excelência o seguinte: o meu sonho sempre foi ser um advogado crimi-

nalista. Na minha época era científico, acho que na época do Deputado Valdir Rossoni era científico, não era colegial como é hoje.

Fiz os 3 anos de científico e na minha época, confesso aos Senhores, que não existia Rede Globo, Valdir Rossoni, existia a Rede Tupi de Televisão, que eu era locutor de gabinete da TV Tupi. E a primeira novela que assisti na TV Tupi foi “O Hospital”, com Stênio Garcia. Fui ao Rio de Janeiro conhecer o Instituto Gutemberg. Era um instituto que na época auxiliava as pessoas que eram radialistas e que queriam fazer esse pequeno curso de jornalismo.

Confesso a você que não sou um jornalista profissional. Fui beneficiado por uma lei, na época do Presidente Gaisel, que determinou essa lei. Me tornei jornalista, fui registrado. E tenho na família vários advogados, inclusive tenho uma sobrinha que está se formando em Direito agora, prestou vestibular estudando, está inclusive atendendo pessoas aqui na Assembléia, no meu gabinete. Está fazendo estágio. E o meu filho, o Luiz Eduardo termina o 3º ano e vai fazer vestibular.

E aconteceu um fato curioso. Quando vi essa notícia, confesso ao senhor, Deputado Vanhoni, que não tomei nem conhecimento. Passei por cima, não dei a mínima. Não gosto que desmoralize o Parlamento do Paraná. Sempre digo que esse é o parlamento mais produtivo que temos no Brasil. Agora a pouco vi V.Exa. os Deputados Algaci Túlio, Takayama, Marcos Isfer, eu, que fiz voto ali. Nós somos Deputados do Paraná, não concordo.

Então, não acho que Vossa Excelência deve ficar ressentido, porque quando aconteceu isso, aconteceu um fato estranho: “Tenho uma sobrinha, a Amanda, ela é filha de um amigo do Deputado Pessuti, que faleceu, do Dr. Homero Szuarcí (?). Era engenheiro agrônomo junto com o Deputado Pessuti. Esse meu cunhado morreu de câncer aqui na minha residência e deixou a filha. Ela é predileta da minha família. Fez muitos vestibulares e não passou, ela falou para a Ivete, sua mãe: “Olha mãe, eu vou fazer o vestibular na Tuiuti, lá tem poucas matérias, quem sabe eu vou passar”. E não passou.

Então, falei: “poxa, mas você é burra, hein, não conseguiu passar?” Então ela disse: “pois é tio, disseram lá que se o senhor der um jeitinho, sendo político, consegue”. Aí eu falei para ela: não fale duas vezes, eu não vou fazer isso. Não tenho peito, não tenho coragem de fazer isso. Não gosto de ter o “meu rabo amarrado” com vagabundo nenhum nesse Estado e nesse País. Não conte comigo. Você tem que passar pelos seus próprios méritos e não querer depois dizer que a sobrinha do Alborghetti passou porque o tio foi lá pedir para passar”. Tanto é que ela vai estudar novamente, vai fazer um novo cursinho e vai passar. Não acredito Deputado Van-

honi, que o conheço há muitos anos. Não acredito que Vossa Excelência teria ido a essa Universidade e dizer por favor passe a minha sobrinha! Dou a minha cara para bater se Vossa Excelência fez isso. Rasgo o meu diploma de deputado se Vossa Excelência fez isso ou se alguma Deputado foi lá e fez isso. Porque não posso acreditar. Acho que Vossa Excelência não deveria perder tempo com isso, de mandar carta para lá, requerimento para cá, etc.

Como disse o Deputado Anibal Khury, foi uma denúncia anônima. Não existem provas substanciais, que Vossa Excelência esteve na faculdade. Agora ninguém falou que o filho do Deputado Annibelli passou por ele ser Deputado, e passou brilhantemente. Ninguém diz, por exemplo, o meu filho quer fazer agronomia, eu não vou brigar agora com o meu filho se ele não passar esse ano. Também não vou na Faculdade e dizer sou o Deputado Alborghetti, meu filho tem que passar! Não! Muito pelo contrário!

Então V.Exa. fique ciente que eu não acredito, sou seu particular amigo, Vossa Excelência. Meu filho te adora. tem um decalque teu, inclusive na janela dele. E você vê, não te conhece. Você tem a obrigação de conhecê-lo, porque você fez a cabeça dele. E não acredito que Vossa Excelência tenha feito isso. Não por ser, Deputado, não acredito nem por ser Deputado, nem pelo ser humano que Vossa Excelência o é, e por eu conhecer a família que Vossa Excelência tem. Conte com meu apoio.

O Sr. Hidekazu Takayama

Ninguém desta Casa, nenhuma pessoa teria coragem de imaginar de Vossa Excelência qualquer comportamento dúbio, conhecemos a sua integridade, podemos ser adversários em alguns pontos, dentro da ideologia partidária. Porém, jamais olhando para o campo da vida pessoal, conhecemos a sua postura. O que nos orgulha, como diz o Alborghetti, para as pessoas que me procuram, o quanto me orgulha estar nesta Casa e conhecer pessoas, que muitas vezes divirjam da forma de pensar, na condução das coisas públicas, na forma de administrar esse País e esse Estado, mas jamais, olhando, digo com orgulho que tenho visto companheirismo, nesta Casa, que me dão satisfação pela vida de integridade, e outras qualidades.

Uma das coisas que me preocupam, companheiro Ângelo Vanhoni, quando vi esse fato, essa denúncia aparecendo nos jornais, ver nomes de ilustres companheiros da vida pública no Paraná. É interessante que semanas antes, a minha filha também havia feito vestibular nesta Faculdade Tuiuti e também numa outra Universidade. Ela passou nas duas, graças a Deus, o nome dela não foi envolvido. Mas ela me procurou esses dias: "Eu gostaria que o senhor se afastasse da vida pública, e abandonasse o

seu mandato". A gente é cobrado a todo momento, porque nos olham por esse fato, vamos ter dificuldades amanhã ou depois, de que estamos fazendo dessa situação que foi apresentada no jornal, em que o sobrenome de Vossa Excelência está envolvido. Acabamos nos tornando reféns morais, acabamos nos tornando através de acusações levianas, preocupados, de que nem os nossos filhos mais possam fazer uma universidade. Por incrível que possa parecer, com todo o cuidado pedi para que ela não fizesse o vestibular na Universidade Evangélica para que amanhã não se dissesse que houve situação de influência.

Fica, portanto, aqui o meu protesto contra essas informações sem fundamento. Que se puna os culpados se isso vier a acontecer, mas acredito, por outro lado, um momento de orgulho da Faculdade Tuiuti, ainda que de iniciativa privada, mas sabemos que ela atingiu esse nível no provão do MEC, demonstrando ser uma boa universidade. E que atinge esse status através do seu esforço, da sua administração. É hora de analisarmos com todas as lideranças, mesmo porque amanhã ser envolvido qualquer outro sobrenome. Nomes de tradição desta Casa. Minha família está aqui como uma das primeiras famílias que vieram ao Paraná da migração japonesa, e temos muitos Takayamas no Estado. É evidente se nossas famílias vivem aqui, têm o direito de fazer universidades.

Fica a nossa preocupação de nós, homens públicos, tornarmos reféns de acusações levianas.

Nobre companheiro Ângelo Vanhoni, ainda que minha família não estivesse envolvida, quero prestar nesse momento o total apoio. E deixar aqui meu testemunho de que todos cremos na lisura do seu comportamento, na sua vida transparente. E é claro que nesse momento nos somamos com Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Ângelo Vanhoni, Senhores Deputados.

Quero cumprimentar Vossa Excelência e dizer que somos solidários com Vossa Excelência, embora até entendesse que não fosse necessário esta justificativa, se assim podemos dizer, do comportamento de Vossa Excelência. Somos testemunhas da postura política e pessoal que Vossa Excelência tem conduzido.

O que gostaria de comentar nesse momento é que desde quando cheguei em Curitiba em 1971 para estudar o científico no Colégio Estadual do Paraná, desde essa época estou acostumado a ouvir o seguinte comentário: "lá naquela escola, pagou passou". Naquele tempo falava-se muito do Colégio

Parthenon, do Colégio Iguaçu. Em todos os lugares por onde andamos se ouve falar nisso e a conversa é generalizada. Normalmente sem a devida substância que carece este tipo de afirmação.

Gostaria nesse momento, de registrar com muito alegria o que tenho visto aqui em Curitiba e Região Metropolitana, em termos de expansão do ensino superior. O que tem feito a PUC, a expansão que tem feito; o que fez as Universidades Positivo; o trabalho que vem desenvolvendo o Coronel Sidney Lima Santos para implantar a Universidade Tuiuti do Paraná; o trabalho que desenvolveu e está desenvolvendo o Professor Andrade com a UNIAN-DRAGE; e o trabalho que sabemos que está fazendo e desenvolvendo o grupo do III Milênio, com vistas também à implantação de cursos de 3º grau aqui no Estado do Paraná.

Essa questão de dizer que fulano foi beneficiado e que houve interferência, sempre houve, e na minha avaliação sempre vai existir. E nós, evidentemente, como bem disse o Deputado Hidekazu Takayama e os demais Deputados que se pronunciaram e Vossa Excelência, nós, que estamos ocupando uma função pública, temos a vida pública e sempre que no nosso nome ou que um dos nossos aparecer como aprovado, como integrante de uma lista, seja de uma lista de uma viagem, vão dizer que houve ali privilégio; uma lista de um concurso público, vão dizer que houve ali um privilégio; uma lista de aprovados num vestibular, vão dizer que houve privilégio. Enfim, acho que isso já faz parte da rotina do dia-a-dia daqueles que ocupam funções como ocupamos.

Quero, neste aparte que faço a Vossa Excelência, solidarizar-me com a sua postura, dizer que temos esta problemática para assumir, que é a função pública, mas registrar com muita alegria o esforço, o denodo, o desprendimento que algumas pessoas, alguns professores, algumas pessoas ligadas à área do ensino têm feito em favor da melhoria do ensino público no Paraná, através da Universidade Federal, das nossas Universidades e Faculdades Estaduais, através também das universidades e faculdades privadas que têm procurado ampliar e, como bem disse Vossa Excelência, buscar nos quadros outrora pertencentes à Universidade Federal do Paraná, nas Universidades Estaduais, buscar estas universidades particulares pessoas com gabarito, com nível do mais elevado, para serem integrantes do quadro docente dessas universidades particulares.

Tem Vossa Excelência a minha solidariedade e o meu respeito, como sempre teve.

O SR. ÂNGELO VANHONI
Agradeço os apartes.

Quero dizer que não fiz o meu pronunciamento motivado por uma questão apenas pessoal, fiz o meu pronunciamento porque desejo que, se houve alguma irregularidade lá nesta universidade, que seja apurada até as últimas consequências e que isso não possa prevalecer se houve uma irregularidade, no sistema educacional da nossa cidade e nem do Brasil.

Por último, gostaria de citar algo grave que, pela segunda vez, vejo nos jornais relativo à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Não vi isso nos últimos quatro anos que passei por aqui. As divergências políticas entre nós sempre foram as maiores, por aqui se debate a questão da reforma agrária, ocupação de terra, privatização do Banco do Estado, mudanças na Assembléia Legislativa, criação de cargos para os Deputados; se debateu uma porção de coisa nesses quatro anos. Mas neste ano é pela segunda vez que vejo nos jornais e tem um jornalista que é amigo meu, amigo pessoal e que acho que está sendo profundamente mal assessorado por alguém aqui da Assembléia Legislativa.

Hoje saiu no jornal "Gazeta do Povo", na coluna do Fábio - meu amigo pessoal, acho que o Fábio desconhece a realidade, foi mal informado citando o Deputado Marcos Isfer - que o Deputado Ângelo Vanhoni e o Deputado Nelson Justus são favoráveis e estão inconformados com a decisão da Assembléia de não comprar carros Passat.

Não acredito que o jornalista Fábio Campana tenha tirado isso da sua cabeça, porque não é do seu feitio fazer este tipo de ilação a respeito de pessoas que ele conhece, que ele tem relacionamento pessoal e que ele sabe da conduta política.

Na coluna do Fábio só surgiu este tipo de notícia porque alguém aqui na Assembléia está passando de forma leviana, informações ao colunista, que merece o respeito de todos nós aqui do Paraná, como jornalista, não critico as suas opiniões pessoais e políticas; mas como jornalista é um dos que melhor tem feito o texto jornalístico no Estado do Paraná.

Já tentei falar com o Fábio hoje, o dia inteiro. Sei que o Deputado Marcos Isfer assim o fez e que o Deputado Nelson Justus também. Não acredito que a coluna do jornal da envergadura da "Gazeta do Povo" e com a assinatura do Fábio Campana, que é um dos mitos do jornalismo do Estado do Paraná, possa se prestar a passar à opinião pública qualquer levandade a respeito da conduta de qualquer Parlamentar. Qualquer jornalista pode criticar qualquer opinião minha e de qualquer outro Deputado - tem esse direito - desde que essa opinião seja a opinião do Deputado.

Tenho opiniões que são completamente divergentes da opinião de vários jornalistas e eles têm publicado isso várias vezes. Mas é a minha opinião

peçoal e vou defendê-la até enquanto tiver condições de defendê-la. Não posso admitir que informações levianas possam ser veiculadas num jornal de prestígio na sociedade paranaense, como a "Gazeta do Povo" e como a coluna do Fábio, a meu respeito. Não sou favorável e não lamentei e Vossa Excelência, Presidente Anibal Khury, sabe do meu empenho para que desfizéssemos o mal-entendido a respeito da compra de carros aqui na Assembléia, não só meu, mas de toda a Executiva e dos demais Deputados.

Então, acho que tem que ser dado um aviso ao jornalista Fábio Campanha. Se ele precisa de um jornalista na Assembléia para prestar as informações do que ocorre aqui no Plenário da Assembléia, nós, eu me proponho a cotizar, junto com os outros Deputados, para pagar um assessor que preste informações à coluna do Senhor Fábio Campana, nosso querido amigo e um dos melhores jornalistas que o Estado do Paraná tem.

Espero que isso não volte a acontecer, porque é a segunda vez, a primeira foi em relação ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Senhores Deputados, devo uma explicação ao Plenário, tendo em vista o inteligente pronunciamento do Deputado Vanhoni.

Sofro da notoriedade. Pessoas ligadas a minha família passaram no vestibular, uma se chama Ceres Khury, o sobrenome eu não sei, porque ela casou com um americano. Cursou a Tuiuti, fez o curso de Fisioterapia, concomitante com este curso, iniciou o curso de Direito na PUC, faculdade que o Deputado Vanhoni freqüentou, e chegou a passar para o 4º ano. Nesse meio tempo foi aos Estados Unidos fazer outro curso de aperfeiçoamento da profissão e casou-se com um americano, trancou a matrícula na PUC. Veio passar as férias aqui em Curitiba e um filho dela com o americano, de dois anos, morreu numa piscina. Aí fixou-se no Brasil, porque o marido achava que ela era a culpada do infortúnio. Foi fazer vestibular na Tuiuti. Não aceitaram que ela fosse para a quarta série, e passou, sem ajuda de ninguém.

Meu neto, há 5 anos fez o vestibular, na Tuiuti, de Direito, freqüentou por 6 meses a escola, não gostou, porque queria ser dentista. Foi para os Estados Unidos, ficou lá 2 anos, chegou a freqüentar a Faculdade de San Diego e voltou, por razões que não devo explicar, e passou também na Tuiuti. Outro neto meu, fez 6 meses de curso nos Estados Unidos e passou.

Que culpa tenho eu, que meus familiares estejam preparados? Que culpa tenho eu que um procurador da República, ideologicamente aposto a

mim tenha se baseado numa denúncia anônima do Jornal do Estado, que possivelmente dei explicações aos meus pares numa reunião mais íntima, o que pretende o dono desse jornal com relação à Assembléia e ao governo?

Então, o cidadão que não sabe que caiu o muro de Berlim, baseado numa denúncia anônima, usada pelo DOI-CODI sempre nos tempos da ditadura, vem e inicia um processo contra a Faculdade Tuiuti. Não pedi pelos meus netos, pelos meus sobrinhos, como o Deputado Annibelli também não pediu pelo seu filho.

Então, o que estou notando nesse episódio todo além de ter um caráter ideológico - tenho muita vivência para tirar essas conclusões - no sentido de desmoralizar uma universidade que está crescendo, produzindo por outras Universidades particulares.

Então, meus amigos, não preciso que ninguém me defenda. Aceito a solidariedade de todos, mas, atrás de tudo isso, além do problema ideológico há, também, graves problemas de irregularidades por parte do jornal denunciante. Vamos - com tranqüilidade - aceitar, sei que sou presidente da Assembléia, que estou há muito tempo no poder e por isso mesmo sei me defender. Lamento o acontecido, lamento mesmo, sei o que está ocorrendo, sei de onde partem as acusações. Já citei que num processo constituído por esse procurador - ideologicamente do outro lado - baseia-se numa denúncia anônima! Passem os senhores! Condenamos tudo isso na ditadura militar e agora algumas pessoas estão usando.

Que venham as investigações, que se façam as investigações! Tenho Consciência de que não há nada que possa fazer com que se duvide da idoneidade do exame da faculdade. Até, senhores, principalmente o Deputado Vanhoni, até mencionou-se que um garçom da Assembléia passou no concurso, garçom que nos serve e que você conhece e que hoje, freqüentando as aulas, é um dos primeiros colocados.

Então, isso aí não passa de demagogia de um cidadão não afeto à democracia. Serviria bem no regime chinês ou em Cuba.

Por isso, meus amigos faço este protesto. Não queria mencionar isto aqui na Assembléia porque é desagradável. Mas desde que o Deputado Vanhoni - com sua brilhante inteligência situou - entendi a mensagem do Vanhoni - situou este problema, estou respondendo e vou até às últimas consequências, porque acho a denúncia anônima, demagógica, ideológica, sem-vergonha e canalha.

Horário das Lideranças. Não havendo oradores inscritos, passa-se à Ordem do Dia.

Tenho a acrescentar o seguinte: o Deputado Vanhoni, o Deputado Nelson Justus e o Deputado Isfer nunca falaram com a direção desta Casa sobre o problema de carros Passat. Realmente recebi o Deputado Vanhoni para informar se era verdade que a Assembléia ia comprar os carros Passat. Disse que não era verdade e que a Comissão Executiva tinha decidido optar por carros nacionais, de preferência fabricados no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 09 (nove) de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, com apoioimento dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni e Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, com apoioimento do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Irineu Colombo e Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Terapêutico Menno Simons, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 05, de 23.02.99.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 05/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Núcleo Terapêutico Menno Simons, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a Redação da Lei nº 4.978, de 05/12/64. (Conselho Estadual de Educação). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 05, de 23.02.99.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 15/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo alterar a redação da Lei nº 4.978, de 05.12.1964. (Conselho Estadual de Educação).

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CESAR SELEME - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/99, de autoria do Deputado Tony Garcia, que declara de Utilidade Pública o Paraná Basquete Clube, do Município de Curitiba. COM PARECER

FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 06, de 24.02.99.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 18/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Tony Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Paraná Basquete Clube, do Município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação Pró-Amor de Deficientes Físicos de Irati, com sede e foro no Município de Irati. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08, de 01.03.99.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 028/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Pró-Amor de Deficientes Físicos de Irati, com sede e foro no Município de Irati, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/99, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária - Núcleo de Toledo, com sede e foro no Município de Toledo. **COM PARECER**

FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08, de 01.03.99.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 29/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária - Núcleo de Toledo, com sede e foro no Município de Toledo, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Banco de Promoção Humana de Toledo - PROVOPAR, com sede e foro na Cidade de Toledo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08, de 01.03.99.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 34/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Banco de Promoção Humana de Toledo - PROVOPAR, com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.99.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, requerimento nº 299, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Cezar Silvestri, Algaci Túlio e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Encaminhe-se à Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 293 e 294, de autoria do senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 271, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Encaminhe-se para a Secretaria de Segurança.**

Requerimento nº 272, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 287, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinatti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 288 e 290, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 291, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 296, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 297, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 298, de autoria dos Senhores Deputados Ademir Bier, Duílio Genari, Edgar Bueno e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 295, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo e Hermes Fonseca, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

A sessão de amanhã será dedicada à organização das Comissões e eleição dos seus dirigentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 005, 015, 018, 028, 029 e 034/99.

Levanta-se a sessão.